

UMA INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DAS TEORIAS DE CRISE*

*Anwar Shaikh***

Introdução

Este é um trabalho sobre a história das teorias de crise. De uma forma geral, o termo **crise**, como é usado aqui, refere-se a um conjunto de falhas nas relações econômicas e políticas da reprodução capitalista. Em particular, as crises que procuramos examinar são aquelas para o encontro das quais o sistema se acha internamente impulsionado a se dirigir pelos seus próprios princípios de operação. Como veremos, é da natureza da produção capitalista estar constantemente exposta a uma variedade de distúrbios e deslocamentos gerados interna e externamente. Mas é somente em certos momentos que esses “choques” provocam crises gerais. Quando o sistema está sadio, ele se recupera rapidamente de todos os tipos de recaídas; quando está doentio, praticamente qualquer coisa pode disparar o seu colapso. O que procuramos examinar são as diferentes explicações de como e por que o sistema se torna doentio periodicamente.

1 – Reprodução e Crise

Vejamos como a sociedade capitalista é peculiar. É um entrelaçamento social complexo e interdependente, cuja reprodução requer um modelo preciso de complementação entre as diferentes atividades produtivas e, não obstante, essas atividades são empreendidas por milhares de capitalistas individualmente que apenas se preocupam com a ambição pelo próprio lucro. É uma estrutura de classe na qual a existência contínua da classe capitalista requer a existência contínua da classe trabalhadora; e, contudo, nenhum tipo de sangue, nenhuma tradição, nenhum princí-

*Publicado originalmente em: **U.S. Capitalism in crisis**. New York, Union for Radical Political Economics, Economics Education Project, 1978. Tradução de Vivian Tauile e revisão técnica de José Ricardo Tauile.

**Professor de New School for Social Research.

pio religioso indicam quem vai mandar e quem será mandado. É uma comunidade humana cooperativa e, no entanto, ela joga um contra o outro incessantemente: o capitalista contra o trabalhador, mas também o capitalista contra o capitalista e o trabalhador contra o trabalhador.

A questão verdadeiramente difícil sobre tal sociedade não é porque ela falha constantemente, mas porque continua funcionando. Dessa forma, é importante perceber que qualquer explicação de como o capitalismo se reproduz é ao mesmo tempo (implícita ou explicitamente) uma resposta à pergunta de como e por que ocorre a não-reprodução e vice-versa; em outras palavras, a análise da reprodução e a análise da crise são inseparáveis. Isso ocorre independentemente do fato de uma teoria em particular deixar explícita esta conexão.

Na história do pensamento econômico, podemos distinguir três linhas básicas de análise sobre a reprodução capitalista. A primeira e a mais popular é a noção de que o capitalismo é capaz de se auto-reproduzir automaticamente. Ele pode ser suave e eficiente (para a teoria neoclássica), ou pode ser errático e esbanjador (para Keynes), mas tende a se auto-equilibrar. Acima de tudo, não existem **limites necessários** para o sistema capitalista ou à sua existência histórica: se deixado por si só (teoria neoclássica) ou se dirigido apropriadamente (Keynes), pode durar para sempre. Essa tem sido, naturalmente na teoria burguesa, a concepção dominante.

A segunda posição toma o rumo oposto: argumenta-se aqui que, por si mesmo, o sistema capitalista é incapaz de se auto-expandir. Ele tem que crescer para sobreviver, mas exige alguma fonte externa de demanda (como o mundo não-capitalista) para que continue crescendo. Isso significa que, em última instância, a sua reprodução é regulada por fatores que se encontram fora do sistema: os limites do sistema são externos a ele. As diferentes escolas do subconsumo, incluindo as marxistas, têm sua origem nessa linha de pensamento.

Por último, existe a posição de que, apesar de o capitalismo ser capaz de se auto-expandir, o processo de acumulação aprofunda as contradições internas nas quais ele se baseia, até que elas aflorem numa crise: os limites do capitalismo são internos a ele. Esta linha é quase que exclusivamente marxista e inclui, como explicações da crise, tanto a versão da **queda da taxa de lucro** como a da **compressão de lucro**.

Cada uma das posições acima implica uma noção correspondente de crise, porque elas ocorrem e o que elas significam. Por essa razão, examinaremos cada uma separadamente.

2 — Capitalismo se Auto-Reproduzindo Automaticamente

A seguir, discutiremos em seções separadas o “laissez-faire” e as tradições keynesianas da teoria ortodoxa.

2.1 – A tradição do “laissez-faire”

Infelizmente estamos familiarizados demais com a noção de capitalismo como um sistema suave, eficiente e harmonioso. Desde seu começo, com a “mão invisível” de Adam Smith, até a impotente elegância da análise moderna de equilíbrio geral, esta tem sido a concepção dominante na teoria burguesa. Diz-se que a contradição fundamental de toda a existência humana tem sua origem na insaciabilidade dos desejos humanos face à disponibilidade limitada dos recursos físicos.¹ A ambição insaciável do capitalismo é assim transformada num atributo da natureza humana; a espoliação insana de nosso planeta é, por esse motivo, apenas “natural”, o resultado inevitável de uma batalha dentro da própria natureza. A natureza humana coincide com a natureza física. Dessa forma, a ambição, a competição e o egoísmo são eternos; nada há que possamos fazer a seu respeito, de forma alguma podemos eliminá-los. De fato, é dentro desse tipo de perspectiva que o capitalismo é apresentado, como aquele conjunto de regras sociais que automaticamente permite a expressão mais livre dos “intrínsecos” impulsos humanos acima descritos. Além disso, como ele representa uma solução institucional mais favorável a um eterno conflito “natural”, o capitalismo permanece eternamente como a solução ótima. Não tem limites, a não ser alguma mutação inconcebível na natureza humana ou alguma destruição inconcebível na natureza física. Por si só, o capitalismo se reproduzirá suavemente, eficazmente e, provavelmente, para sempre. E assim a história continua.

Já que o sistema é visto como auto-regulador, o processo de regulação tende a ser ignorado. Assim, a tendência dominante dentro dessa problemática é concentrar-se ou no equilíbrio de crescimento estático, ou no balanceado. Dessa maneira, a impressão dada é que o próprio processo de ajustamento é desprezível. Na verdade, essa estratégia é bastante necessária, visto que a noção de um processo de ajustamento prolongado é uma ameaça ao conceito de equilíbrio e, portanto, à otimização abençoada pelo sistema.

Mesmo assim, as crises não deixam de ocorrer. Isto faz com que os economistas se ressentam e, às vezes, com bastante convicção. Todavia a sua função ideológica exige que (pelo menos periodicamente) lidem com a questão das crises.

Os economistas que estudam a história dos fenômenos empíricos se impressionam inevitavelmente não só com a frequência das crises, mas também com a sua aparente regularidade. Nos EUA, por exemplo, Wesley Clair Mitchell estima o número de 15 crises em 110 anos, no período entre 1810 e 1920, enquanto que Paul Samuelson enumera 7 recessões em 30 anos, no período entre 1945 e 1975.² Entre esses dois períodos, houve a Grande Depressão que durou quase 10 anos!

¹ ALCHIAN, A. A. & ALLEN, W. R. *Exchange and production theory in use*. Belmont, Ca., Wadsworth Publishing, 1969. cap. 1-4.

² MITCHELL, Wesley Clair. *Business cycles*. In: AMERICAN ECONOMIC ASSOCIATION. *Readings in business cycles theory*. Londres, George Allen and Unwin, 1961. p.43. SAMUELSON, Paul. *Economics*. New York, McGraw-Hill, 1976. p.250-1.

Basicamente, existem duas maneiras de a teoria absorver essa evidência sem que se prejudique irreparavelmente. A primeira e a mais importante argumenta que, em princípio, as crises podem nunca ocorrer; o fato de elas ocorrerem pode então ser atribuído a fatores externos ao funcionamento normal da reprodução capitalista. **Não é por sua própria causa** que o sistema é perturbado periodicamente por crises. Dentro dessa tradição, responsáveis pela crise são ou a natureza (manchas solares, baixas nas safras em geral, etc.) e/ou a natureza humana (ciclos psicológicos de otimismo e desespero, guerras, revoluções e erros políticos)³.

Mas a regularidade das crises prova ser difícil culpar as manchas solares ou os bio-ritmos dos consumidores, enquanto que as explicações simplificadoras, tais como guerras e erros políticos, são simplesmente inadequadas para explicarem fenômenos aparentemente cíclicos. Conseqüentemente, chegamos ao conceito do ciclo econômico; ele representa a outra maneira básica da teoria ortodoxa de absorver os fenômenos das crises. Dentro deste conceito, o sistema é ainda encarado como sendo auto-regulador; só que agora o processo de ajustamento é visto como sendo cíclico ao invés de suave. Diversos fatores internos ao funcionamento do sistema dão origem aos ciclos autogeradores, de forma que a auto-reprodução possui um ritmo interno.

É importante notar que, na teoria ortodoxa, um ciclo não é uma crise. Para ser consistente com a estrutura teórica global, os ciclos têm de ser vistos como sendo essencialmente “pequenas flutuações”, variações de segunda ordem, as quais, **numa primeira aproximação**, podem ser negadas justificadamente. Dessa forma, a natureza cíclica do processo de ajustamento não representa um limite à habilidade do sistema de se reproduzir.

Um ramo da economia ortodoxa, conhecida como a teoria do ciclo econômico, é uma **combinação** dessas duas abordagens básicas. As flutuações regulares não-violentas são internas ao sistema; as contradições e as expansões são parte do ciclo econômico normal. Entretanto as expansões e contradições violentas e prolongadas surgem de fatores externos, oriundos da natureza e da natureza humana, fatores estes que transformam um ciclo numa crise ou precipitam uma por si mesmos. Portanto, as crises permanecem externas ao processo normal da reprodução capitalista.

Apesar de seus bons serviços prestados, a teoria do ciclo econômico ocupou um lugar secundário na economia do “laissez-faire”. O seu tema era demasiado perigoso, a sua história demasiado contaminada por sentimentos anticapitalistas, para que pudesse ser confortavelmente integrada à estrutura principal da teoria. Entretanto, com o advento da teoria keynesiana, isso mudou. Em breve, veremos por quê.

³ SAMUELSON, op. cit., nota 2, p.257.

2.2 — A tradição keynesiana de direita

Até agora, falamos da tradição do “laissez-faire” na teoria burguesa, visto que esta tem sido a tendência dominante. Mas o colapso mundial massivo do capitalismo durante a Grande Depressão foi um violento golpe aplicado a esta versão. O colapso por si só era “facilmente” explicado pelos fiéis por diversas maneiras similares àquelas descritas acima: inexplicável era o fato de que o sistema não parecia demonstrar nenhuma tendência de voltar ao equilíbrio “normal” de pleno emprego. Mesmo pelas estimativas oficiais (conservadoras), o desemprego nos EUA pairou em torno de 10 milhões de pessoas em 1939 — exatamente dez anos depois da Grande Queda da Bolsa.

Em vista do prolongamento da Depressão e do aumento da agitação social, a teoria do “laissez-faire” foi cada vez mais caindo em descrédito, e rapidamente a teoria keynesiana tomou seu lugar.

Keynes atacou a noção ortodoxa de que “a oferta determinava a sua própria demanda”, pois era essa noção que levava à conclusão de que o capitalismo tendia automaticamente a mais ou menos utilizar plenamente a força de trabalho disponível e os meios de produção. Ao contrário, em sua análise o nível de gastos em investimento, planejado por capitalistas, é o fator crucial da determinação do nível de produção e de emprego. Mas os planos de investimento dependem significativamente da previsão de lucros, das “expectativas”, dos “animal spirits” dos capitalistas. Duas conclusões fundamentais podem ser tiradas daqui. A primeira: já que as “expectativas” são notoriamente volúveis, é provável que a reprodução capitalista seja bastante irregular. A segunda e certamente mais importante: não existe dentro do capitalismo um mecanismo automático que permita aos capitalistas planejar exatamente a quantidade certa de investimento, de modo a assegurar pleno emprego. Deve-se notar, entretanto, que se presume que os sistemas se auto-equilibrem **automaticamente**; o detalhe é que o equilíbrio não impede o desemprego persistente ou a inflação.

Não obstante, a chamada Revolução Keynesiana era ambivalente. Muito da estrutura “interior” da análise de Keynes era a mesma da ortodoxia que ele atacava⁴: a divisão da sociedade em produtores e consumidores (não em classes); basicamente a mesma visão da natureza humana; crucial importância às “predisposições” psicológicas e às preferências; o papel da oferta e da procura; e, acima de tudo, em uma crença generalizada na análise de equilíbrio. Não é de se surpreender, então, que uma parte da ortodoxia foi capaz de absorver Keynes numa nova versão da teoria burguesa. Admitindo que não houvesse, em verdade, nenhum mecanismo **automático** que tornasse a reprodução capitalista suave, eficiente e livre de crises, os neoclássicos keynesianos (para Joan Robinson, os Keynesianos Bastardos) vol-

⁴ LEKACHMAN, Robert. A history of economics ideas. New York, McGraw-Hill, 1976. p.343.

taram-se para o Estado como o mecanismo que traria vida à sociedade representada nas parábolas do “laissez-faire”. Se o Estado cumprisse bem a sua tarefa, ele manipularia a demanda agregada, mantendo dessa forma quase que a zero o nível de desemprego e um nível inflacionário muito reduzido ou nulo; com essa modificação, o “restante das doutrinas (ortodoxas) poderiam ser ressuscitadas”⁵.

Já que as flutuações econômicas são admissíveis na teoria keynesiana, a teoria do ciclo econômico passa a ser uma parte da economia menos perigosa. Como, em princípio, o Estado **pode** eliminar as flutuações, realmente se torna necessário estudar os ciclos em detalhe, para que se possa saber como contrapô-los. Consequentemente, uma profusão muito grande de informações a respeito de crises emergiu a partir da chamada Revolução Keynesiana.

Não é de se surpreender que os keynesianos tendam a ver a errática e violenta história da acumulação capitalista como uma série de erros de “política”⁶. A sua visão a respeito da crise de hoje não é diferente.

Keynes também gerou um outro tipo de seguidores, os chamados Keynesianos de Esquerda, tendo como figura de destaque Joan Robinson. A sua visão, juntamente com a de Michal Kalecki e Joseph Steindl, serão discutidas na seção seguinte.

3 — Capitalismo Incapaz de se Auto-Expandir

Desde seu começo, a visão da teoria do “laissez-faire” de que o capitalismo é harmonioso e livre de crises tem sido confundida com uma noção igualmente velha e persistente de que é inerente ao capitalismo a incapacidade de acumular. Argumenta-se que as forças internas do sistema podem, no máximo, reproduzi-lo num nível estacionário; mas um capitalismo estagnado logo se degenera. A competição coloca um contra o outro; no entanto, por não haver crescimento, ninguém pode ganhar, a não ser às custas de outro alguém. Capital é posto contra capital, trabalhador contra trabalhador e classe contra classe. Ou os antagonismos se tomam tão intensos e o sistema explode, ou então a sociedade entra em decadência (como a China de tempos passados), onde uma elite extremamente reduzida tem como base a pobreza do povo e a miséria humana. Em ambos os casos, um capitalismo não-acumulador tende a não durar muito.

É interessante notar que este contra-argumento começa com a mesma concepção inicial da teoria que o ataca. A teoria ortodoxa sempre insistiu em que o objetivo último de toda a produção capitalista é garantir o consumo: aquilo que não é consumido agora será revertido para a produção, com o fim de garantir consumo no futuro. De qualquer maneira, quem dá as cartas é o consumo. Nas lentes

⁵ ROBINSON, Joan. *Economic heresies*. New York, Basic Books, 1971. p.X.

⁶ LEKACHMAN, op. cit., nota 4, p. 347-8.

embaçadas da teoria de subconsumo, essa noção torna-se uma arma de ataque ao capitalismo. O seguinte argumento aparece sempre por toda a longa e complexa história desse setor da teoria da crise: é certo que o regulador último de toda produção é realmente o consumo, no presente ou no futuro; entretanto a produção capitalista não é uma resposta à necessidade, mas sim ao poder de compra; não é uma resposta à demanda, mas sim à demanda efetiva (isto é, demanda consubstanciada por dinheiro). E sua natureza é de tal forma contraditória, que, se deixado por si mesmo, é incapaz de gerar uma demanda efetiva suficiente para sustentar a acumulação. Em outras palavras, os mecanismos intrínsecos do sistema tendem a levá-lo a um estado estacionário: ele necessita de alguma fonte externa de demanda efetiva — isto é, externa aos seus mecanismos básicos — para que possa continuar crescendo.

3.1 — O conceito de hiato de demanda

Nos últimos 150 anos, muitas tentativas foram feitas para especificar a natureza exata do problema do subconsumo. Entretanto, apesar da variedade de formulações, é de se admirar que permaneça constante a idéia de que a demanda de bens de consumo seja o regulador último da produção em geral.

Suponhamos que se divida toda a produção social em dois setores ou departamentos principais. O departamento I produz bens de produção (matérias-primas, combustível, plantas e equipamentos, etc.), enquanto que o departamento II produz bens de consumo e serviços (comida, roupa, divertimentos, etc.).

Assim, o princípio básico da teoria de subconsumo diz que a demanda de bens de consumo e de serviços determina não somente o nível da produção do departamento II (bens de consumo), mas também o do departamento I (bens de produção). O produto nas indústrias de bens de produção está basicamente regulado pelos requisitos de insumos nas indústrias de bens de consumo; a demanda dos bens de produção é, portanto, “derivada” da demanda dos bens de consumo.

Cabe notar que isso não quer dizer que o produto do departamento II influencia o produto do departamento I e vice-versa. Está dizendo que algo muito mais forte, a relação de causalidade, flui fundamentalmente numa só direção, que o departamento II é o líder e o departamento I, o seguidor.

Paralela a essa noção está a concepção da circulação como um processo através do qual o produto da sociedade é repartido entre trabalhadores e capitalistas. Dessa forma, uma parte retirada do produto social total é destinada à reposição dos insumos utilizados em sua produção, e a parte restante, o produto líquido, é considerada como sendo disponível para a “distribuição” entre trabalhadores e capitalistas.

Uma divisão semelhante é feita em relação à renda. Uma quantidade de dinheiro retirada das vendas de todas as firmas é reservada para repor o dinheiro gasto nos bens de produção utilizados durante a produção. O resto é a renda líquida pro-

veniente do funcionamento das firmas, a qual é dividida entre salários e lucros. Esta renda líquida, chamada pelos economistas ortodoxos de renda nacional líquida, é a fonte da demanda efetiva para o produto líquido.

Portanto, a produção líquida se caracteriza por dois aspectos. Por um lado, temos bens e serviços e, por outro, renda monetária líquida, que equivale a salários mais lucros: oferta de um lado e demanda efetiva de outro.

Agora podemos expor o problema básico da teoria do subconsumo. Em geral, os trabalhadores gastam todo o salário que recebem. Conseqüentemente, eles “compram de volta” uma porção do produto líquido, ao seu preço normal. Mas, como os trabalhadores nunca recebem toda a renda líquida, eles nunca recompram todo o produto líquido. **O consumo dos trabalhadores sempre deixa um “hiato de demanda”;** além disso, quanto menor for a parte que corresponde a seu salário, maior o hiato de demanda.

Nesse ponto da análise, ainda resta a considerar a venda do produto excedente e o gasto da renda do capitalista — o lucro. Se ambos pudessem se equivaler, o produto inteiro seria vendido, e o hiato de demanda seria completamente preenchido. Mas em que condições isso pode ocorrer?

Os primeiros subconsumistas tinham uma tendência para perceber o produto líquido como sendo exclusivamente composto por bens de consumo. Dada a sua fundamental premissa de que o produto do departamento I é regulado pelos requisitos de insumo do departamento II, eles facilmente se deixaram levar pela noção de que, em qualquer época, o produto do departamento I é apenas o suficiente para repor os insumos usados pelo sistema em geral. Isso quer dizer que, embora o produto social total seja constituído pelos bens de produção (departamento I) e pelos bens de consumo (departamento II), o produto líquido (o total menos as necessidades de reposição) consiste somente de bens de consumo⁷.

De acordo com esse ponto de vista, depois que os trabalhadores gastam o seu salário para “comprarem de volta a parte que lhes cabe” do produto líquido, restamos, de um lado, o excedente do produto na forma de bens de consumo e, de outro, os lucros não despendidos que formam a “renda” do capitalista. Como conseqüência, o hiato de demanda só será preenchido se os capitalistas gastarem todo seu lucro em consumo pessoal. **Mas com isso não pode haver investimento; logo não há crescimento e tampouco a acumulação gerada internamente.**

Isso não significa que os capitalistas não acumularão. O que isso de fato significa é que as tentativas de acumular da classe como um todo serão autodestrutivas. Afinal de contas, na acirrada competição de um capitalista contra outro, o tamanho

⁷ O produto líquido é a parte do produto total além daquela necessária para a manutenção do sistema produtivo. Se subtraímos dele o consumo dos trabalhadores, obteremos a parte do produto total além daquela necessária para manter o sistema produtivo e os trabalhadores que o produzem: o produto excedente.

dos ativos de capital representa um importante indicador de poder. E uma forma importante de aumentar o tamanho e o poder é economizar, investir e, desse modo, crescer. Portanto, os capitalistas continuarão tentando acumular. Imaginemos que se comece pela situação inicial antes descrita, onde o departamento I produz a quantidade necessária de bens de produção para manter a capacidade produtiva do sistema, e o departamento II produz uma quantidade de bens de consumo que é totalmente “recomprada” por trabalhadores e capitalistas, consumindo toda a sua renda. Suponhamos agora que, a seguir, os capitalistas gastem apenas **parte** de seus lucros em bens de consumo, e que o restante eles invistam na compra de bens de produção, no emprego de trabalhadores ou instalando firmas no departamento I e/ou no departamento II.

A essa altura, ocorre um fato curioso. Digamos que os lucros totais cheguem a 200 mil dólares que, de início, sejam totalmente gastos pela classe capitalista em consumo pessoal. Suponhamos agora que eles diminuam o seu consumo para 150 mil dólares, e que dos 50 mil dólares restantes 30 mil sejam investidos na compra de bens de produção (originados dos estoques do departamento I) e 20 mil, no emprego de trabalhadores (retirados do exército de reserva dos desempregados). A queda líquida na demanda de consumo é de somente 30 mil dólares, visto que a queda na demanda de consumo do capitalista é parcialmente compensada pelo consumo extra dos novos trabalhadores admitidos. Todavia a demanda de bens de consumo na verdade cai, de forma que também caem as vendas no departamento II, o que, por sua vez, significa a queda de sua demanda pelos bens de produção, diminuindo assim as vendas no departamento I. Não obstante, o mesmo ato que desencadeou tudo isso, simultaneamente, expandiu a capacidade produtiva em geral. A sua tentativa de expandir a capacidade fez com que se tornasse redundante não somente a capacidade extra que eles adicionaram, mas também a capacidade que existia antes. Inevitavelmente, isso os leva à retração. A acumulação gerada internamente nega a si própria.

Visto que a expansão ocorre gradualmente e que exige tempo para se completar, é fácil imaginar que leve algum tempo para que se sintam os efeitos da falta da “demanda efetiva”, e de um outro período para ser solucionada a contração que se segue. De acordo com a lógica da teoria de subconsumo, esse seria o comportamento esperado de uma economia capitalista deixada a seu próprio rumo.

Ciclos de expansão e retração não são estranhos à história do capitalismo. Entretanto, ao mesmo tempo, o estudo da História mostra claramente que esses ciclos são acompanhados por um tremendo crescimento secular nas atuais economias capitalistas — fato este que contrasta com o capitalismo intrinsecamente estagnante, subentendido na lógica subconsumista. Invariavelmente, portanto, as teorias de subconsumo tinham que recorrer a fatores exógenos para explicarem esse contraste acentuado entre a História e a teoria. Nas duas próximas seções, que tratam, respectivamente, da história da teoria de subconsumo pré-Marx e pós-Marx, veremos a posição importante que esses elementos externos ocupam.

3.2 – Teorias de subconsumo conservadoras e radicais

Na seção anterior, tentamos mostrar dois pontos: a lógica essencial que está por detrás dos argumentos do subconsumo e as implicações originárias dessa lógica. Ao fazê-lo, usamos instrumentos conceituais modernos, tais como os dois departamentos de Marx e a análise de oferta e demanda agregadas de Kalecki. Mas, como estes conceitos são relativamente novos, é natural que não apareçam exatamente dessa forma na história da teoria do subconsumo. De fato, é bastante surpreendente que, embora nessa história a noção de hiato de demanda esteja presente, a implicação correspondente, isto é, a impossibilidade de a acumulação capitalista se auto-manter, é raramente percebida. Particularmente entre as teorias não-marxistas, esta implicação é constantemente evitada. É realmente uma situação muito difícil viver e escrever no século XIX, durante um período de crescimento capitalista quase que explosivo, e sua teoria dizer-lhe que o crescimento não é intrínseco à produção capitalista.

Convencidos da validade de sua posição básica, mas não percebendo ou não querendo aceitar a sua total implicação, os primeiros subconsumistas quase que universalmente adotaram a posição de que a acumulação excessiva causaria uma crise. Começaram por assumir que a economia estava crescendo num ritmo “uniforme”. Seguindo a lógica descrita na seção anterior, assumiriam, então, que os capitalistas diminuíssem esse consumo e investissem a quantidade assim economizada em bens de produção e em trabalhadores. Dessa forma, enquanto o investimento expandiu a capacidade produtiva, a diminuição líquida na demanda dos bens de consumo e o seu efeito subsequente sobre a demanda dos bens de produção resultaram na subutilização até mesmo da capacidade que existia antes. “Poupança excessiva” levou a uma depressão⁸.

Mas o que a sua lógica significava na verdade era que **qualquer** poupança conduziria a uma depressão, um fato que logo foi assinalado pelos seus oponentes. Em seu excelente estudo, intitulado **As teorias do subconsumo**, Michael Bleaney sintetiza o dilema dos primeiros subconsumistas:

“A posição geral desses escritores era que há um limite acima do qual a taxa de acumulação se torna perigosamente alta, ameaçando precipitar uma depressão. A lógica do argumento, como eles a desenvolveram, é que este limite de fato é a taxa de acumulação igual a zero, como é efetivamente assinalado por Chalmers. Dessa forma, caíam numa armadilha: ou eles recuam da riban-

⁸ Os subconsumistas não imaginavam discrepância keynesiana alguma entre a poupança planejada e o investimento planejado. Os capitalistas planejam ambos, e o que eles economizam é investido e não entesourado. Como assinala Bleaney, o entesouramento não ocupa papel importante na teoria do subconsumo. BLEANEY, Michael. *Underconsumption theories: a history and critical analysis*. New York, International Publishers, 1976. p.50-51.

ceira e descartam parte de seus resultados, ou eles devem manifestar explicitamente o absurdo de suas conclusões”⁹.

O primeiro economista que se encontrou nesse dilema foi Thomas Malthus (na década de 1820). De acordo com a tradição subconsumista, Malthus argumentava que é a demanda de bens de consumo que regula a produção, de forma que somente uma certa taxa de crescimento era sustentável. Naturalmente, dada a lógica de seu argumento e a conclusão implícita nele, Malthus nunca foi capaz de dizer exatamente o que era essa “sustentável” taxa de crescimento. Não obstante, ele enfatizou que a poupança (em demasia) não significaria que o hiato de demanda deixado pelos trabalhadores fosse preenchido pelo consumo do capitalista, de forma que as crises de superprodução (subconsumo) eram claramente possíveis no capitalismo. Nas mãos de Malthus, esta tendência em direção ao subconsumo tornou-se uma apologia reacionária dos proprietários feudais, cujo alto nível de vida e o consumo conspícuo contrapunham-se à tendência dos capitalistas de poupar em excesso (Malthus também é famoso pelos seus ataques à classe trabalhadora através de suas chamadas leis de população. Tanto antes como agora, essas brutais “leis naturais” nunca pretenderam representar o comportamento da “civilizada” classe dominante).

Simonde de Sismondi foi um contemporâneo de Malthus que também percebeu dentro do capitalismo a tendência para o subconsumo. Uma vez mais, encontramos aqui o argumento de que o nível do consumo regula a produção em geral, de forma que a produção só pode crescer à medida que o consumo cresça. Mas o capitalismo restringe o consumo das massas mantendo-as na pobreza; os trabalhadores são bastante pobres para poderem comprar de volta seu próprio produto (de novo aqui o hiato de demanda oblíquo). Além disso, com o desenvolvimento do capitalismo, a distribuição de renda torna-se cada vez mais desigual, de forma que o consumo das massas cresce mais vagarosamente do que a riqueza em geral (o hiato de demanda). Para Sismondi, portanto, não só existe uma tendência ao subconsumo, **mas esta torna-se pior com o desenvolvimento do capitalismo**. Com o passar do tempo, as crises pioram, e a competição dos mercados externos entre as nações torna-se mais acirrada.

Diferente do reacionário Parson Malthus, Sismondi era um radical, que se impressionou profundamente pelo sofrimento dos camponeses e trabalhadores sob o regime capitalista. Em seu tempo, ele se situava à frente do movimento que Marx chamou de socialismo pequeno-burguês, o qual lutava contra a crueldade e destruição causadas pelo capitalismo e procurava reformá-lo para com isso melhorar essas condições. Sismondi defendeu mudanças radicais na distribuição de renda em favor de camponeses e operários e pretendia que o Estado levasse a cabo essas e outras reformas¹⁰.

⁹ BLEANEY, op. cit., nota 8, p. 63.

¹⁰ BARRAT-BROWN, Michael. *Economic of imperialism*. London, Penguin Books, 1974. p. 170.

Tanto a escola de subconsumo malthusiana como a sismondiana mencionam os mercados externos como fontes de demanda para consumo. Em Malthus, isso é mencionado apenas de passagem; em Sismondi, entretanto, os mercados externos são uma saída importante para a superprodução doméstica, e ele vê o aumento da rivalidade internacional como consequência do agravamento do problema de subconsumo. É lógico que para o comércio internacional ser uma solução para esse problema, uma nação qualquer tem que exportar mais para outras do que importar delas. Isso é obviamente impossível para o mundo como um todo. Se todo o comércio for somente confinado às esferas capitalistas, então o comércio estrangeiro será **interno** ao sistema do mundo capitalista e não oferece escape ao problema do subconsumo. Sismondi, conseqüentemente, não indica o comércio estrangeiro como uma solução geral para o problema.

No período entre Sismondi (década de 1850) e J.A. Hobson (década de 1900), surgiu o grande divisor de águas na história do capitalismo, que marca o começo da era do imperialismo. Nos anos entre 1870 e 1914, por exemplo, os investimentos europeus no estrangeiro aumentaram 700%, grande parte deles indo para o chamado Terceiro Mundo. Não é de se surpreender, portanto, que, nos anos de 1900, o comércio estrangeiro, através do imperialismo, surgisse como uma solução ao problema de subconsumo. No final das contas, se percebemos o mundo dividido em termos de nações capitalistas e de Terceiro Mundo subdesenvolvido, é possível também imaginar este Terceiro Mundo absorvendo o excesso de poupança dos países capitalistas desenvolvidos — ou diretamente na forma de investimentos estrangeiros, ou indiretamente na forma de exportação de produtos. Tanto para Hobson como para Rosa Luxemburg (a qual discutiremos na próxima seção), a conexão entre subconsumo e imperialismo torna-se muito importante.

Hobson começa pelo caminho, já familiar, dos subconsumistas. Ele identifica explicitamente a produção de bens de consumo como o objeto máximo de toda a produção, mesmo sob o capitalismo. Além disso, ele é o primeiro a considerar explicitamente o departamento I (a indústria de bens de produção) como estando estritamente subordinado ao departamento II (bens de consumo), de forma que o processo global de produção possa ser tratado como um sistema verticalmente integrado, começando pelas matérias-primas e prosseguindo através de estágios sucessivos até chegar ao produto final que consiste somente em bens de consumo. Finalmente, ele também começa postulando uma taxa de crescimento “sustentável” (a qual naturalmente não pode definir) e prossegue mostrando que poupança (em excesso) conduz à depressão. As crises surgem da poupança (exagerada)¹¹.

Hobson também introduz o conceito de excedente que desempenha papel importante na sua análise subsequente. De forma geral, o “excedente” é definido por Hobson como o excesso do valor monetário total do produto sobre os **custos estritamente necessários para a produção** deste produto¹². Este conceito envolve a

¹¹ BLEANEY, op. cit., nota 8, p.153-68.

¹² Ibidem, p.180.

diferenciação entre custos de produção necessários e desnecessários, como também entre os custos de produção e outras despesas (tais como os custos de venda, taxas de venda, etc.). É um conceito mais amplo do que o que definimos anteriormente como lucros (vendas menos todos os custos), mas não é preciso aprofundar esta diferença aqui.

De qualquer modo, a noção do excedente de Hobson incluiu os “custos” desnecessários, tais como os lucros de monopólio e a renda da terra (já que estes não emanam de nenhum tipo de produção). Com o desenvolvimento do capitalismo, essas “rendas não ganhas” avolumam-se e, como seus recipientes tendem a consumir **pouco**, um excesso de poupança tende a ocorrer. Conseqüentemente, dá-se um agravamento do problema do subconsumo¹³.

De acordo com Hobson, o comércio estrangeiro pode servir de escape para o excesso de poupança e de mercado para o excesso de produção, mesmo sob o capitalismo competitivo. Entretanto, ao passarem as indústrias a se concentrar mais e o monopólio a se espalhar, o problema do subconsumo atinge um nível qualitativamente mais elevado. Por outro lado, os lucros de monopólio aumentam o excedente e conduzem a uma poupança maior; por outro lado, como os monopólios obtêm esses lucros excessivos através da alta dos preços, eles tendem a diminuir o mercado. Assim, os mesmos fatores que expandem a poupança reduzem a sua saída. O imperialismo surge como a solução: o imperialismo é o mais alto estágio de subconsumo.

Entretanto, diz Hobson, isso não precisaria ocorrer assim. A raiz do problema das crises e do imperialismo está na desigualdade da renda e nas rendas excessivas dos monopolistas e “rentiers”, e a solução está em reformas apropriadas:

“Deixemos que em algum momento o fluxo das forças político-econômicas retire o excesso de renda destes proprietários e faça com que este flua ou para o aumento dos salários dos operários, ou para a comunidade na forma de impostos, de maneira que seja gasto ao invés de ser poupado, servindo em ambas as formas para aumentar o fluxo de consumo — não haverá necessidade de lutar por mercados estrangeiros ou por áreas de investimento no estrangeiro¹⁴.

Um número surpreendente dessas teses desenvolvidas por Hobson durante a década de 1900 reaparece em subseqüentes análises marxistas. Ao escrever, em 1916, Lenin enfatiza a conexão entre monopólio e imperialismo, apesar de rejeitar a análise sobre subconsumo feita por Hobson. Por outro lado, durante os anos de 1920, a revolucionária alemã Rosa Luxemburg argumenta que de fato as raízes do imperialismo estão no problema de subconsumo, apesar de ela certamente rejeitar as conclusões tiradas por Hobson acerca disso. Nos EUA, mais recentemente, conhecidos trabalhos desenvolvidos pelos marxistas Paul Sweezy e Paul Baran reviveram as noções hobsonianas, tais como a visão da produção em geral como um setor ver-

¹³ BLEANEY, op. cit., nota 8, p.171.

¹⁴ HOBSON, apud BLEANEY, op. cit., nota 8, p.166.

ticamente integrado, o conceito do excedente, a noção de que o monopólio tende a aumentar o excedente e, acima de tudo, o argumento de que a absorção do excedente representa um problema intrínseco da produção capitalista, tornando-se mais agudo com o predomínio do monopólio. Examinaremos, a seguir, essas teorias.

3.3 — As teorias marxistas do subconsumo e da desproporcionalidade

Nas teorias iniciais do subconsumo, o problema é invariavelmente colocado em termos de uma exagerada taxa de acumulação. Entretanto vimos que, de acordo com a sua lógica, qualquer acumulação tende a se negar a si própria. Inevitavelmente, os subconsumistas se deixaram levar pela conclusão de que o capitalismo tende à estagnação, que um capitalismo auto-expansivo era **impossível**.

Marx destruiu completamente esse argumento. Para vermos porque, é necessário discutirmos alguns dos avanços conceituais desenvolvidos por ele.

Já estamos familiarizados com o primeiro grande avanço, que era conceituar a produção em geral em termos de dois setores ou departamentos principais, bens de produção (I) e bens de consumo (II). Isso quer dizer que, em qualquer época, o produto total é composto por ambos os tipos de bens.

A segunda ruptura feita por Marx foi clarificar a natureza da demanda efetiva. Como vimos antes, os subconsumistas identificaram basicamente três tipos de demanda efetiva: a demanda de reposição que recompra os bens de produção para repor aqueles que foram desgastados; a demanda de consumo dos trabalhadores que compra de volta a sua “parte” do produto; e o consumo dos capitalistas e a demanda de investimento líquido que têm que preencher o hiato de demanda no produto líquido.

O primeiro ponto de partida para Marx envolve a questão do tempo. Suponhamos que o processo de produção em cada departamento leve um certo tempo, digamos um ano. Dessa maneira, os bens de produção usados no processo como um todo não podem ser comprados a partir da produção desse ano, porque o primeiro bem de produção acabado que resulta da produção iniciada nesse ano não sairá da linha de montagem até o final do ano. Da mesma maneira, os trabalhadores empregados durante esse ano não podem “comprar de volta” os bens de consumo resultantes de suas atividades atuais, porque esses bens não estarão prontos até o final do ano; nem podem os capitalistas consumir o que ainda não está disponível.

Voltemos ao começo do ano. Para mantermos o exemplo o mais simples possível, pressuponhamos que todos bens que serão usados durante o ano sejam comprados no começo desse (isto é apenas um artifício didático). Os capitalistas decidem qual o melhor nível de produção para o presente ano. Desse modo, eles compram uma certa quantidade de bens de produção e contratam um certo número de trabalhadores; os trabalhadores, por sua vez, usam os seus salários para comprar

bens de consumo. Ao mesmo tempo, os capitalistas também precisam comprar uma certa quantidade de bens de consumo para o seu consumo pessoal durante o ano. **Note-se que a demanda efetiva se origina inteiramente na classe capitalista:** os salários dos trabalhadores são parte dos gastos em investimento bruto anualmente feito pelos capitalistas. É bastante ilegítimo considerar consumo e investimento como sendo funcionalmente independentes, já que a maior parte do consumo vem dos salários, os quais são, por sua vez, um aspecto necessário das despesas de investimento.

Portanto, no começo de ano, é a classe capitalista, através de seu consumo e despesas de investimento, que determina a demanda efetiva. Mas quem vende as mercadorias? Certamente é a classe capitalista! O começo do ano é também o final do ano anterior; é, portanto, também a época quando o produto do processo de produção do ano anterior se torna disponível. A produção do ano anterior fornece à classe capitalista a oferta de mercadorias disponíveis para venda durante este ano; as despesas deste ano, gastas pela classe capitalista em investimento bruto e consumo pessoal, determinam a demanda efetiva para a oferta dessas mercadorias. Se isso soa estranho, deve ser lembrado que a produção capitalista é **estranha**. As decisões sobre produção e consumo são tomadas por milhares de capitalistas que não estão preocupados com a reprodução do sistema como um todo. Apesar de ser a classe capitalista que determina ambos os lados extremos da relação oferta/demanda, os capitalistas não o fazem como uma classe, mas sim como indivíduos. A parte difícil de explicar é como eles fazem para que **dê certo**. Em breve, retornaremos a este ponto.

A partir daqui, não é difícil mostrar que o crescimento estável é facilmente alcançável, com a demanda efetiva a cada ano justo o suficiente para comprar a oferta disponível a preços “normais”¹⁵. Se o investimento cresce 10%, então o produto cresce 10%. Se, portanto, o consumo do capitalista também cresce 10%, a demanda efetiva estará esperando para comprar o produto de cada ano. Depois de Marx, a possibilidade do “crescimento equilibrado” tornou-se lugar comum.

Crescimento equilibrado significa que a capacidade produtiva e a demanda efetiva possam ter aproximadamente a mesma taxa de crescimento. Entretanto, tomando esta análise isoladamente, não significa que o capitalismo alcance algo sequer parecido com isso, mesmo que remotamente. Isso tampouco nos diz alguma coisa a respeito da direção de causalidade, se tal crescimento realmente fosse possível em média. Não obstante, o fato de que a expansão da reprodução possa ser possível representa uma clara ameaça às teorias de subconsumo. É à luz deste questionamento que nos deparamos com as versões marxistas da teoria do subconsumo.

Uma pequena retrospectiva sobre os escritos de Marx se faz necessária aqui. No período entre 1858 e 1865, Marx escreveu e reescreveu a maior parte de seus

¹⁵ Para uma discussão do que são preços “normais” e de como eles são determinados na teoria de Marx, ver nosso artigo “Marx’s theory of Value and the transformation problem”, in: *The Subtle Anatomy of Capitalism*, Jesse Schwartz (org.), Santa Monica, Goodyear Publishing Co., 1977, p.106-107.

manuscritos, dos quais foi obtido o seu grande trabalho de três volumes **O capital**. O Volume I foi publicado em 1867, mas o Volume II — onde aparece a análise da reprodução capitalista — nunca foi posto em sua forma final, apesar de ter sido revisito no início dos anos de 1870 e de novo no final dos anos de 1870. Marx morreu antes de completar essa tarefa, e os últimos dois volumes foram compilados e publicados por Engels. Os trabalhos de Marx publicados durante sua vida não trataram da reprodução nem do crescimento.¹⁶

No Volume I, Marx demonstra que o produto excedente só surge se os trabalhadores como um todo trabalharem **mais horas** num determinado dia do que eles levam para produzir as mercadorias que eles mesmos consomem e as mercadorias necessárias para reporem aquelas usadas no processo de produção. É esse tempo de trabalho excedente dos trabalhadores acima daquele necessário para se manterem a si mesmos e o sistema produtivo que fornece o produto excedente apropriado pela classe capitalista.

Na Rússia czarista, isso teve grande repercussão. O capitalismo tinha dado início a sua destruição de formas sociais, em particular a antiga comuna camponesa, o **mir**. Nos anos de 1850, alguns populistas argumentavam que o **mir** poderia servir como a base de transição direta para o socialismo, sem ter que passar pelos horrores da industrialização capitalista. Em 1880, o Volume I de **O capital** não só forneceu aos populistas marxistas uma crítica devastadora sobre o capitalismo em geral, mas também — com um pouco de extrapolação — uma arma teórica importante contra o capitalismo na Rússia.¹⁷

Os populistas marxistas perceberam a ênfase dada por Marx ao tempo de trabalho excedente como uma prova da impossibilidade do capitalismo na Rússia. Os subconsumistas clássicos raciocinavam do seguinte modo: já que os trabalhadores produziam mais do que consumiam, o mercado doméstico jamais bastaria para permitir o crescimento. As nações capitalistas desenvolvidas do Ocidente solucionaram esse dilema, encontrando mercados estrangeiros; mas eles argumentavam que a Rússia era muito subdesenvolvida para competir de modo efetivo no mercado mundial. O capitalismo não era viável na Rússia. A organização dos camponeses era a chave para o socialismo.

O Volume II de **O capital** foi publicado em 1885, dois anos após a morte de Marx. Mesmo assim, 15 anos mais tarde, os populistas marxistas ainda insistiam que “é impossível para um país capitalista existir sem os mercados estrangeiros”¹⁸. Posteriormente, entretanto, o marxismo russo desenvolveu um contra-argumento, tendo a seu lado grandes nomes, tais como Bulgakov, Tugan-Baranowsky, Struve, Lenin.

¹⁶ MARX, Karl. *Grundrisse*. London, Penguin Books, 1973. p.56-8.

¹⁷ JACOBY, Russel. The politics of the crisis theory: toward the critique of automatic marxism II. *Telos*, [s.l.], (23): 5-11, Spring 1975.

¹⁸ *Ibidem*, p.10.

Este último grupo de marxistas desenvolveu duas grandes críticas ao argumento populista de subconsumo. Primeiramente, assinalaram que era **fato** que os capitalistas e as relações mercantis estavam crescendo rapidamente em toda a Rússia. Em seu primeiro livro, **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia** (1899), Lenin tinha como objetivo mostrar esse ponto. Em segundo lugar, Lenin e os outros atacaram a base lógica do argumento populista. Eles diziam que o erro básico estava em imaginar que mesmo sob o capitalismo o consumo era o objetivo da produção. O capitalismo produzia para lucrar e não para consumir; a análise marxista sobre reprodução ampliada mostrou, sem deixar dúvida, que esta produção motivada pelo lucro era inteiramente capaz de gerar seus próprios mercados internos. O subconsumo não era um problema intrínseco. O capitalismo já existia, era viável e se expandia, e a organização do proletariado urbano era uma tarefa urgente.

Essa rodada do debate foi decididamente ganha por Struve, Bulgakov, Tugan-Baranowsky e Lenin. Mas a sua vitória serviu apenas para montar o palco para uma série de outras questões muito mais importantes: se o capitalismo era realmente capaz de se auto-sustentar, o que o impedia de crescer para sempre? Quais são seus **limites**, em outras palavras? Além disso, como poderemos entender as crises às quais ele se acha periodicamente sujeito?

Tugan-Baranowsky assumiu uma posição extrema, argumentando que o capitalismo era totalmente independente do consumo, desde que os departamentos I e II crescessem um com relação ao outro nas devidas proporções. Entretanto ele argumentava que, devido à anarquia da produção capitalista, esta correspondência de proporcionalidade era uma questão de sorte. Portanto, a natureza de tentativas e erros da produção capitalista daria origem periodicamente a grandes desequilíbrios, a ponto de a reprodução ser interrompida e desencadear uma crise. Lenin rejeitou a afirmativa de Tugan-Baranowsky de que o consumo era irrelevante; mas, desta vez, além de enfatizar a anarquia da produção capitalista como uma fonte de crises, ele não oferece uma teoria clara sobre crise. Ele não retornou a esse assunto. Uns dez anos mais tarde, na Alemanha, ressurgiu a teoria das crises de desproporção. Desta vez, no trabalho massivo de Rudolph Hilferding sobre capitalismo monopolista. Mais tarde, tanto Tugan-Baranowsky como Hilferding argumentam que, já que era a anarquia do capitalismo que conduzia às crises, **o planejamento eliminaria as crises**. Nas palavras de Hilferding, “o capitalismo organizado” era a solução, e a via parlamentar para o controle do Estado era o meio¹⁹.

Rosa Luxemburg recusou-se a aceitar essa resolução do debate. Como ativista revolucionária, ela se opunha completamente ao reformismo que a teoria da desproporção parecia gerar. Uma vez admitido “que o desenvolvimento capitalista não marcha na direção de sua própria ruína”, ela declarou: “então o socialismo deixa de ser objetivamente necessário”. Abandonar a teoria do colapso capitalista era abandonar o socialismo científico. E, dessa forma, ela se voltou para reviver o debate marxista do subconsumo²⁰.

¹⁹ JACOBY, op. cit., nota 17, p.14-6.

²⁰ Ibidem, p.22.

Já que no debate anterior entre os marxistas russos foram fatores decisivos os exemplos dados por Marx a respeito de reprodução ampliada (crescimento balanceado), Luxemburg atacou diretamente esses exemplos. Ela admitiu que Marx demonstrou claramente a possibilidade abstrata da reprodução ampliada; mas, segundo Luxemburg, ele parecia não ter percebido que era na realidade impossível, porque, do ponto de vista social, o comportamento capitalista que se requer **não faz sentido**²¹. Imagine-se que, no final do ciclo de produção, o produto social total seja colocado num depósito. Nesse ponto, chegam os capitalistas e retiram uma porção do produto total para repor os bens de produção usados no último ciclo, e chegam os trabalhadores e retiram os seus meios de consumo. Resta o produto excedente, do qual os capitalistas retiram uma parte para seu consumo pessoal. Luxemburg agora pergunta: de onde vêm os compradores para o restante do produto? (este é, evidentemente o tradicional problema do subconsumo de preencher o hiato de demanda). Se Marx tem razão, argumenta ela, então é a classe capitalista que compra de volta o resto do produto para investi-lo, expandindo dessa forma a capacidade produtiva. Mas isso não faz sentido algum, pois “quem são esses novos consumidores em benefício dos quais a produção é cada vez mais ampliada?” Mesmo se os capitalistas fizerem o que Marx diz que eles farão, no próximo período, a capacidade produtiva será ainda maior, o hiato a ser preenchido ainda maior, e o problema mais intratável ainda. “O diagrama de acumulação”, de Marx, “não resolve a questão de quem **no final** se beneficiará da reprodução ampliada . . .” A expansão da reprodução é algebricamente possível, mas socialmente impossível²².

Conseqüentemente, a acumulação capitalista real pode ser apenas explicada através de algumas forças externas às relações capitalistas “puras”. Luxemburg assinala que a solução malthusiana de uma terceira classe de consumidores não-produtivos não faz sentido, já que a sua renda só poderia vir de lucros ou de salários. Da mesma maneira, o comércio estrangeiro entre as nações capitalistas também não oferece solução para o capitalismo como um todo, já que ele é interno ao sistema mundial. Ela argumenta, portanto, que a acumulação capitalista requer uma classe de compradores que estejam fora da sociedade capitalista e que continuamente comprem mais do que vendem para ela. Por isso, o comércio entre as esferas capitalistas e não-capitalistas é uma necessidade primordial para a existência histórica do capitalismo; e o imperialismo surge quando as nações capitalistas lutam pelo controle de todas essas fontes importantes de demanda efetiva. Além disso, na medida em que ocorre a expansão do capitalismo cobrindo o globo, o espaço não-capitalista diminui correspondentemente, e com ele diminui a fonte primordial de acumulação. A tendência às crises aumenta e a competição entre as nações capitalistas pelas áreas não-capitalistas restantes se intensifica. As crises mundiais, guerras e revoluções são o produto inevitável desse processo.

²¹ BLEANEY, op. cit., nota 8, p.89.

²² Ibidem, p.193.

Mesmo se Luxemburg estivesse certa a respeito da impossibilidade de acumulação, sua solução não funcionaria, pois ela exige que o Terceiro Mundo continuamente compre mais do que venda. De onde viria o excesso de receitas?

Mas, na verdade, ela também está errada sobre a possibilidade da acumulação. Para entendermos isso, é preciso voltarmos rapidamente à análise apresentada no começo desta seção. Recordemos que, no final do ciclo da produção, são os capitalistas que retêm o produto social total. Ao mesmo tempo, são seus gastos de investimento bruto e consumo pessoal que compõem a fonte original de demanda efetiva para esse mesmo produto (já que os salários dos trabalhadores são parte do investimento total). Agora, colocado à parte o seu consumo pessoal, os gastos restantes (investimento bruto) não são de forma alguma motivados pelo consumo. São inteiramente motivados pela previsão do lucro. O que os exemplos dados por Marx mostram é que, se os capitalistas realmente fizessem uma quantidade apropriada de investimento, então eles seriam realmente capazes de vender seu produto e **produzir os lucros esperados**. Se esse sucesso os leva a reinvestir uma vez mais na antecipação de lucros ainda maiores, eles seriam de novo recompensados e assim por diante. Durante todo esse tempo, o consumo se expandiria devido ao aumento do número de trabalhadores e ao crescimento da riqueza dos capitalistas. Só que essa expansão do consumo seria consequência e não causa²³.

Se bem que isso refute as críticas de Luxemburg sobre a reprodução ampliada, ainda não responde às suas duas questões iniciais. A primeira, quais as forças, se é que há alguma, que tornam a reprodução ampliada possível na prática? E a segunda, é verdade que, se a reprodução ampliada for realmente possível, “o desenvolvimento do capitalismo não marcha na direção de sua própria ruína”?

A realidade decide sobre o que a teoria debate. Em 1929, irrompeu uma devastadora crise capitalista de âmbito mundial, seguida por dez anos de profunda depressão e desemprego. Dado este cenário, os problemas da reprodução capitalista uma vez mais voltaram à tona rapidamente.

A primeira tentativa mais significativa de reavivar a teoria do subconsumo como uma explicação das crises foi feita por Paul Sweezy em seu conhecido livro **A teoria do desenvolvimento capitalista** (1942). Sweezy, explicitamente, se propôs a formular uma teoria de subconsumo “livre das objeções que lhe foram feitas em versões anteriores”.²⁴

Nessa tentativa inicial, Sweezy ainda está muito voltado para a noção tradicional do subconsumo, onde a demanda de bens de consumo regula a produção

²³ Os leitores familiarizados com o Volume 1 de **O capital** poderão lembrar-se de que Marx distingue entre dois tipos de circuitos envolvendo compra e venda: $M-D-M$ e $D-M-D'$. No primeiro, o objeto é o consumo, mas no último o objeto é a expansão do capital. É este último que é o circuito dominante (regulador) da produção capitalista. Luxemburg se esquece disso.

²⁴ SWEETZY, Paul. **The theory of capitalist development**. New York, Monthly, Review Press, 1942. p.179.

total. Partindo deste ponto de vista, o departamento I aparece como parte verticalmente integrada do aparato produtivo do departamento II, de forma que mudanças no produto do departamento I (bens de produção) são, em verdade, mudanças na capacidade de produzir bens de consumo. Além disso, Sweezy argumenta que a “evidência empírica” sugere que 1% de variação no produto do departamento I implica o aumento de 1% da capacidade de produzir bens de consumo. Isso é virtualmente uma repetição de Hobson, que analisamos anteriormente.

Consideremos agora a demanda efetiva que, como já vimos, é composta do consumo dos capitalistas e dos gastos de investimento total (sendo, por sua vez, este último composto pelos gastos em bens de produção e em contratação de trabalhadores). Sweezy assinala que, com o desenvolvimento do capitalismo, a mecanização se processa com maior rapidez e precisa cada vez mais e mais de máquinas e materiais para substituir um trabalhador; isso significa que o investimento capitalista (gasto) em bens de produção aumenta mais rapidamente do que os gastos em salários. **Dada a sua análise de produção**, o investimento (gasto) em bens de produção implica um aumento proporcional na capacidade de produzir bens de consumo, ao passo que um aumento mais lento nos gastos relativo a salário naturalmente se reflete no consumo dos trabalhadores. Dessa maneira, tudo indica que a capacidade de produzir bens de consumo se expande mais rapidamente do que a demanda de consumo dos trabalhadores. Assim surge um hiato de demanda. Certamente, a demanda de consumo capitalista pode preencher o hiato. Mas, com o desenvolvimento do capitalismo, os capitalistas tendem a investir proporcionalmente mais e a consumir proporcionalmente uma parte menor de seus lucros, criando assim uma defasagem entre seu consumo e a capacidade produtiva do departamento II. Sweezy conclui que:

“... conseqüentemente há no crescimento do consumo uma tendência inerente de ficar para trás do crescimento da produção de bens de consumo... esta tendência pode se expressar ou em crises ou na estagnação ou em ambos”²⁵.

O erro fundamental na análise de Sweezy é o erro tradicional dos subconsumistas, reduzindo o departamento I ao papel de “insumo” para o departamento II. Uma vez isso assumido, decorre necessariamente daí que um aumento da produção dos bens de produção implica a expansão da capacidade dos bens de consumo. Mas isso é falso: bens de produção também podem ser usados para fazer bens de produção e, como fizemos notar na crítica a Luxemburg, reprodução ampliada **exige** que eles assim sejam usados. Contrariamente ao argumento de Sweezy, é perfeitamente possível ter um aumento na relação entre máquinas e materiais por trabalhador e um crescimento proporcional na produção de ambos os departamentos, e **ainda assim ter reprodução ampliada**.

A segunda tentativa de Sweezy, feita junto com Paul Baran, apareceu vinte

²⁵ SWEEZY, op. cit., nota 24, p.183.

anos mais tarde em **O capital monopolista**. Como vimos, em sua primeira tentativa, Sweezy argumenta que o capitalismo tem uma tendência intrínseca de expandir a capacidade de produção do departamento II mais rapidamente do que a demanda de consumo. **O capital monopolista**, escrito à luz de Marx, Keynes e Kalecki, não se restringe mais só ao departamento II ou à demanda do consumidor. Ao invés disso, argumenta que o capitalismo moderno tem uma tendência a expandir a capacidade produtiva total mais rapidamente do que a demanda efetiva internamente gerada, **de forma que, na ausência de fatores externos**, “o capitalismo monopolista se afundaria cada vez mais profundamente no pântano de uma crônica depressão”²⁶.

Conseqüentemente, partindo desse diagnóstico, concluiu-se que “os períodos relativamente longos, durante os quais o processo atual de acumulação se deu de forma vigorosa com ... a demanda de força de trabalho expandindo-se rapidamente e a capacidade produtiva sendo utilizada quase que totalmente”, devam ser explicados por fatores externos²⁷. Assim, Baran e Sweezy apontam as inovações principais (máquina a vapor, estradas de ferro, automóvel), a expansão imperialista e guerras, e o estímulo da demanda em geral por meio da propaganda, políticas de governo, etc., como sendo os fatores cruciais na superação da natureza estagnadora inerente ao capitalismo monopolista.

A associação entre monopólio com crescimento lento e a capacidade ociosa não é nova. Muitas teorias (como veremos) tentam explicar essa correlação. A contribuição específica de Baran e de Sweezy está no argumento de que esses fenômenos se originam da tendência persistente do capitalismo monopolista de expandir a capacidade produtiva em excesso e assim cair em crises ou na estagnação. Portanto, devemos procurar a base lógica desse argumento.

Lembre-mos de que na análise de Marx é o investimento total e o gasto do consumo capitalista que determinam a demanda efetiva (o investimento total inclui os gastos relativos a salários, os quais, por sua vez, determinam o consumo dos trabalhadores). Além disso, na medida em que o consumo pessoal da classe capitalista reage mais ou menos passivamente a lucros presentes e passados, é o investimento total que é de fato a variável crucial.

Suponhamos agora que, no começo de um determinado ano, o gasto de investimento total para a produção do ano seguinte seja grande o suficiente para expandir a capacidade produtiva, mas não suficientemente grande para comprar todo o produto social existente. Então os capitalistas terão, por um lado, iniciado uma expansão de sua futura capacidade produtiva, enquanto que, por outro, encontrarão a demanda insuficiente até mesmo para a sua capacidade presente.

Dada a natureza anárquica da produção capitalista, tal resultado é de se esperar com bastante freqüência. A questão é a seguinte: isto significa meramente um

²⁶ BARAN, Paul & SWEETZY, Paul. *Monopoly capital*. New York, Monthly Review Press, 1968. p.108.

²⁷ SWEETZY, Paul. The economic crisis. *Monthly Review*, New York, 26 (10): 1-8, mar. 1975.

aspecto das flutuações regulares na reprodução capitalista ou significa mais alguma coisa? Marx, por exemplo, argumenta que os capitalistas são impulsionados a acumular o mais rápido e objetivamente possível, de forma que uma discrepância tal como essa tende a se autocorrigir.

Mas se pudéssemos de alguma maneira argumentar que a **cada** período o investimento tende a permanecer na faixa descrita acima — o bastante para expandir a capacidade, mas não o bastante para comprar a oferta do período anterior — então, certamente, a capacidade produtiva ultrapassará a demanda efetiva e o sistema deparar-se-á com o hiato de demanda ou com o **problema de realização**. Esse é precisamente o argumento implícito na afirmação feita por Baran e Sweezy de que o excedente (potencial) se amplia mais rapidamente do que a habilidade do sistema em absorvê-lo. Não obstante, apesar de colocarem muito da responsabilidade por esse problema no monopólio, eles não discutem por que os monopolistas persistiriam em superexpandir a capacidade produtiva face à insuficiente demanda. Portanto, o elemento crucial de toda a sua tese permanece sem resposta. Em seu recente levantamento sobre as teorias marxistas de crise, Erik Olin-Wright mostra essa deficiência tão importante.

“A falha mais séria (nesta) posição subconsumista é que lhe falta qualquer teoria sobre os determinantes da taxa atual de acumulação. . . Muitos dos escritos subconsumistas têm como opção para este problema uma solução keynesiana, ao enfocarem como o fator determinante para a taxa de acumulação a previsão subjetiva do lucro por parte dos capitalistas. Do ponto de vista marxista, esta é uma solução inadequada. Eu ainda não tive conhecimento de uma teoria elaborada de investimento e taxa de acumulação feita por um subconsumista marxista, e no presente momento a teoria continua incompleta”²⁸.

Baran e Sweezy citam, em seu livro, contribuições feitas por Joan Robinson, Michal Kalecki e Joseph Steindl. Como esses autores também são parte integrante da tradição teórica da esquerda keynesiana, cabe-nos investigar as implicações de suas respectivas análises quanto à questão das crises.

O investimento desempenha um papel crucial tanto na análise keynesiana como na marxista. Mas a teoria keynesiana dá muito mais ênfase aos determinantes de curto prazo das decisões de investimento. Na medida em que ambos os autores lidam com decisões de investimento, eles tendem, portanto, a focalizar principalmente as mudanças estruturais a curto prazo e apenas secundariamente as de longo prazo. O trabalho inicial de Joan Robinson trata apenas de passagem da mudança estrutural, ao passo que, em seus últimos trabalhos, ela se apóia principalmente em Kalecki²⁹. Kalecki, por sua vez, ao tratar brevemente da mudança estrutural a longo

²⁸ OLIN-WRIGHT, Erik. Alternative perspectives in the marxist theory of accumulation and crisis. In: SCHWARTZ, Jesse, (ed.). *The subtle anatomy of capitalism*. Santa Monica, Ca., Goodyear Publishing, 1977.

²⁹ BLEANEY, op. cit., nota 8, p.225.

prazo, assume simplesmente que, na ausência de fatores externos, o capitalismo tende à estagnação. Portanto, a inovação é o fator mais importante para o aumento do investimento acima do nível necessário para a simples reprodução do sistema, e argumenta que é o declínio na intensidade das inovações do capitalismo monopolista o responsável pelo recente lento crescimento³⁰. Isso tudo é muito “ad hoc”, embora em seu último e mais importante trabalho (1968), Kalecki enfatize que ainda está faltando uma explicação satisfatória para os determinantes do investimento no longo prazo.³¹

Por último, Steindl começa assinalando a deficiência da análise de longo prazo de Kalecki e se propõe a remediar esse defeito. Entretanto, em sua análise final, ele também é forçado a postular um declínio na intensidade das inovações como fator principal para o lento crescimento do capitalismo moderno, embora enfatize que o monopólio tende a exacerbar os efeitos deste declínio. Assim como Kalecki, também termina por declarar que ainda falta encontrar uma explicação satisfatória³². Portanto, não é de se surpreender que Baran e Sweezy prefiram estabelecer a sua própria versão para o problema.

4 — Capitalismo como Acumulação Auto-Limitadora

As teorias radicais e marxistas de subconsumo tendem a enfocar a demanda efetiva como fator limitador para a acumulação capitalista. Entretanto na própria análise marxista, a demanda efetiva não é um problema intrínseco. Pelo contrário, para Marx, os capitalistas são impulsionados a acumular o mais rapidamente possível, de forma que a tendência normal do sistema é a reprodução auto-ampliada e não a estagnação. Isso não quer dizer que o processo de acumulação seja suave ou que a perda de colheitas não ocasione crises parciais, etc. Mas quer dizer, isto sim, que os limites do processo de acumulação não surgem de uma insuficiência de demanda.

Então, isso quer dizer, como Rosa Luxemburg argumenta tão eloqüentemente, que, uma vez rejeitada a teoria de subconsumo, o indivíduo se acha forçado a aceitar a visão de que a acumulação (e portanto o próprio capitalismo) é capaz de se estender indefinitivamente? De jeito algum! De acordo com Marx, os limites para a acumulação são totalmente internos ao processo. “A barreira real da produção capitalista é o **próprio capital**”³³.

³⁰ BLEANEY, op. cit., nota 8, p.245-8.

³¹ STEINDL, Joseph. *Maturity and stagnation in american capitalism*. New York, Monthly Review Press, 1976. p.XVII, nota 7.

³² Ibidem, p. XV-XVI.

³³ MARX, Karl. *Capital*. New York, International Publishers, 1967. v.III, p.250.

A acumulação capitalista é motivada pela lucratividade. Mas de acordo com Marx, a acumulação progressivamente diminui a lucratividade, de forma que ela tende a se enfraquecer. Essa é a famosa lei da queda tendencial da taxa de lucro, à qual retornaremos em breve. Ao mesmo tempo, a acumulação significa extensão das relações capitalistas, aumento do proletariado e de sua força.

O declínio da lucratividade significa o declínio das taxas de acumulação e o aumento da competição acirrada entre capitalistas (nacionais e internacionais) pelos mercados de materiais e de mão-de-obra barata. Com a eliminação dos capitais mais fracos, a concentração e a centralização econômicas (isto é, **monopólio**) aumentam. Além disso, torna-se cada vez mais necessário para os capitalistas atacar os salários diretamente através da mecanização, ou através da importação de mão-de-obra barata e/ou exportando capital para países mais pobres.

Ao mesmo tempo, o tamanho da classe trabalhadora e a dimensão de sua experiência coletiva na luta contra o capital estão continuamente crescendo. Assim, o aumento do ataque do capital ao trabalho provoca um aumento de resistência e contra-ataque (a longo prazo). A luta de classes intensifica-se.

É importante perceber que a tendência da lucratividade a decrescer (como Marx a explica) não é **causada** pelos altos salários, embora o aumento de salários reais possa exacerbá-la. Isso significa que as crises periódicas que resultam da lucratividade decrescente não podem ser atribuídas às exigências ou resistência do trabalho, apesar de que estágios históricos e situações políticas diferentes são muito importantes para explicar como o sistema, como um todo, reage a cada crise. Enquanto as relações capitalistas prevalecerem, entretanto, suas tendências gerais continuarão a operar. Conseqüentemente, Marx enfatiza que a tarefa do proletariado não é somente resistir ao capital, mas derrubá-lo.

A partir desse rápido esboço, deve ficar claro que o aparecimento do monopólio, o declínio das taxas de acumulação e o aprofundamento das lutas de classes podem ser explicados como sendo conseqüências das leis básicas de desenvolvimento capitalista e não por serem fatores que provoquem o surgimento de novas leis — como Baran e Sweezy tentaram por exemplo³⁴. Já que a lei do declínio da lucratividade é central nessa explicação, precisamos examiná-la mais profundamente.

4.1 — A teoria marxista da queda da taxa de lucro

A questão da lucratividade tem dois aspectos importantes. Primeiramente, qual é a base da lucratividade e o que determina a sua dimensão? Segundo, como o

³⁴ Incidentalmente, vale a pena notar que, quando os capitalistas, por conseqüência do declínio do lucro, diminuem seus gastos de investimento, parte do produto não será vendido e aparecerá que a crise é causada pela falta de demanda efetiva, pelo “subconsumo”. Mas, na verdade, este subconsumo é apenas uma reação à crise na lucratividade. É um sintoma, não uma causa.

capitalismo desenvolve esta base e qual o efeito que isso tem, por sua vez, sobre sua dimensão?

Ao responder à primeira questão, Marx começa pelo processo de trabalho. Em todas as sociedades, assinala ele, os objetos necessários à satisfação das necessidades e desejos humanos implicam uma certa distribuição do tempo de trabalho da sociedade, de suas atividades produtivas, em proporções e quantidades específicas. Do contrário, a reprodução da sociedade torna-se impossível.

Enquanto que a distribuição do trabalho social é fundamental para todas as sociedades, a extração do trabalho excedente é a base de todas as sociedades de classes. Este trabalho excedente forma a base material e social da relação de classes. A extração do trabalho excedente deve ser garantida, pois ela fornece à classe dominante não somente os seus meios de consumo, mas também seus meios de dominação.

Na maioria das sociedades, a alocação do tempo de trabalho social e a extração do trabalho excedente são socialmente reguladas pela tradição, pela lei, pela força. Mas, na sociedade capitalista, a atividade produtiva é empreendida de forma particular pelos indivíduos capitalistas com base no potencial de lucro. A reprodução não é uma consideração explícita, e mesmo assim ela ocorre e deve necessariamente ocorrer. Aparentemente, são os preços monetários e os lucros que fornecem o "feed back" do dia-a-dia, determinando as decisões dos capitalistas. Mas Marx argumenta que, na realidade, são os tempos totais de trabalho (valor trabalho) ligados à produção das mercadorias que regulam o fenômeno monetário. Esta regulação de preços e lucros através do valor trabalho e do valor excedente é de fato a maneira pela qual as necessidades sociais para a reprodução se manifestam na sociedade capitalista. Daqui por diante, lidaremos diretamente com o valor trabalho e valor excedente (mais-valia), já que esses são os reais elementos reguladores.

Durante o processo de trabalho, os trabalhadores usam instrumentos de trabalho (planta e equipamentos) para transformar materiais em produtos acabados. O tempo de trabalho total necessário para o produto acabado é, portanto, composto de duas partes: a primeira, o tempo de trabalho implícito nos meios de produção (materiais, planta e equipamentos) **utilizados**; e segundo, o tempo de trabalho atual gasto pelos trabalhadores no processo de trabalho em si. Marx denomina o primeiro elemento de "capital constante" (C), já que ele reaparece no final do produto, enquanto que denomina o segundo de "valor adicionado por trabalho vivo" (L). O valor do trabalho total de qualquer produto acabado é, portanto, $C + L$.

Do produto final uma parte é o exato equivalente aos meios de produção consumidos. Seu valor trabalho, portanto, será C, já que este é o valor trabalho dos meios de produção realmente utilizados. Isso nos deixa, por um lado, com o produto líquido e, por outro, com o valor adicionado por trabalho vivo (L). O produto líquido é o equivalente material ao tempo de trabalho vivo L.

Se existe um produto excedente, então somente parte do produto líquido é destinado à reposição dos bens de consumo utilizados pelos trabalhadores. O valor adicionado por trabalho vivo (L) compõe-se, portanto, de duas partes, uma das quais corresponde ao valor trabalho das necessidades de consumo dos trabalhado-

res (V) e a outra, ao valor trabalho do produto excedente (S). Em outras palavras, é a diferença entre o tempo que os trabalhadores efetivamente trabalham (L), e o tempo necessário para eles se reproduzirem (V) — seu tempo de trabalho excedente (S) — que gera o produto excedente e, portanto, os lucros reais: $S = L - V$.

A divisão do tempo de trabalho vivo em necessário (V) e o tempo de trabalho excedente (S) é, portanto, a base oculta da sociedade capitalista. Marx denomina a razão S/V “a taxa de mais-valia” ou “a taxa de exploração”. Outros elementos mantidos constantes, quanto maior a taxa de exploração, maior a quantidade do valor excedente e, conseqüentemente, maior o lucro.

O tempo que, na realidade, os trabalhadores dedicam a L é determinado pela duração da jornada de trabalho. O tempo necessário para que os trabalhadores se reproduzam (V), por outro lado, é determinado tanto pela quantidade de bens que eles consomem (seu salário real) como pelo tempo de trabalho que levam para produzir esse bens. A massa da mais-valia (S) e a taxa de exploração (S/V) podem ser aumentadas de duas maneiras: diretamente, prolongando a jornada de trabalho L, de modo que o tempo do trabalho excedente cresça diretamente; e indiretamente, diminuindo o tempo necessário V, de forma que uma parte maior de um determinado dia de trabalho é despendido como tempo de trabalho excedente. Este último método, aumento de S e S/V , exige que os salários reais dos trabalhadores sejam reduzidos, ou que a produtividade de seu trabalho seja aumentada, de forma que eles levem menos tempo para produzir seus meios de consumo, ou ambos.

Os capitalistas tentam constantemente todos os métodos para aumentar a taxa de exploração. Mas, com o passar do tempo, a classe trabalhadora adquiriu força suficiente para restringir significativamente as tentativas de prolongar a jornada de trabalho e/ou de diminuir o salário real. Assim, o aumento da produtividade do trabalho tornou-se o principal meio de aumentar a taxa de exploração. Mas, de acordo com Marx, o fato paradoxal a respeito do capitalismo é que o mesmo meio através do qual a taxa de exploração é aumentada, tende a diminuir a taxa de lucro. **O aumento da produtividade do trabalho se manifesta numa queda da lucratividade do capital³⁵.**

A taxa de mais-valia (S/V) expressa a divisão do dia de trabalho em tempo de trabalho necessário e excedente. Ela mede o nível de exploração dos trabalhadores produtivos. Mas, para os capitalistas, o fator crucial é o nível de lucratividade do capital. Do seu ponto de vista, investem dinheiro em meios de produção (C) e em trabalhadores (V), com a intenção de lucrar. A quantidade de lucro (S) relativa ao seu investimento ($C + V$) é a medida capitalista para o sucesso. Em outras palavras, é a taxa de lucro $S/(C + V)$ que regula a acumulação do capital.

Aqui se insere o paradoxo. Nas suas batalhas contínuas de um contra o

³⁵ MARX, op. cit, nota 33, p.213.

outro³⁶, os capitais individuais estão constantemente forçados a diminuir os custos por unidade, para assim estarem à frente de seus competidores (a presente batalha sobre as calculadoras de bolso é um excelente exemplo desse processo). Quando se trata de sucesso na batalha pelas vendas, tudo será feito para que se diminuam os custos por unidade.

Mas os capitalistas também estão engajados perpetuamente numa outra batalha — a batalha da produção, no processo de trabalho. É aqui que a **mecanização** surge como o principal veículo para aumentar a produtividade do trabalho e assim diminuir os custos por unidade. Os capitalistas contratam os trabalhadores por um período de tempo específico, e o seu objetivo é tirar deles o máximo de produtividade possível durante o processo de trabalho, pelo custo mais baixo possível. Isso implica não somente lutas pelo salário real, duração e intensidade da jornada de trabalho, mas também pela natureza do próprio processo de trabalho. Desde o início, os capitalistas procuraram “aperfeiçoar” o processo de trabalho, dividindo-o em tarefas cada vez mais especializadas e rotineiras. Com o controle do processo de trabalho pelo capitalista, a atividade produtiva humana tornou-se cada vez mais mecanizada, automática. Não é de se estranhar que, por conseguinte, essas funções humanas mecanizadas sejam progressivamente substituídas por máquinas de verdade. Com a substituição de algumas funções humanas por máquinas, as outras funções tornam-se ainda mais sujeitas à tirania da mecanização, até que algumas dessas funções sejam também substituídas por máquinas e assim por diante³⁷.

A tendência em direção à mecanização é, portanto, o método capitalista dominante para aumentar a produtividade social do trabalho. Ele surge do controle que o capitalista exerce sobre o processo de trabalho, sobre a atividade humana produtiva. Dessa maneira, nem o crescimento da resistência do trabalhador, nem o aumento dos salários reais são as causas intrínsecas da mecanização, embora eles possam apressar essa tendência.

O aumento da mecanização dá origem ao que Marx chama de um aumento na composição técnica do capital. Quantidades cada vez maiores de meios de produção e materiais são postos em operação por um determinado número de trabalhadores. De acordo com Marx, isso, por sua vez, significa que o total do valor trabalho do produto acabado advém cada vez mais dos meios de produção utilizados e cada vez menos do trabalho vivo. Em outras palavras, o aumento da composição técnica é refletido em termos de um aumento na razão de “trabalho morto para trabalho vivo”, de C para L.

³⁶ Essas batalhas são o que Marx chama de “competição de capitais”. Mas este uso do termo competição não é o mesmo de “competição perfeita”, cujo contrário é o “monopólio”. Para Marx, a concentração e a centralização progressivas de capitais implicam uma “competição de capitais” mais violenta para conseguir maiores partes do mundo. O chamado estágio monopolista do capitalismo não supera a competição, mas, ao contrário, a intensifica.

³⁷ Para uma análise brilhante do processo de trabalho, ver: BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. New York, Monthly Review Press, 1974.

Como vimos, a taxa de lucro é $S/(C + V)$. Mas $S = L - V$, já que o tempo do trabalho excedente (S) é igual ao tempo efetivamente despendido pelos trabalhadores (L) menos o tempo necessário para eles se reproduzirem (V). Portanto, mesmo se os “trabalhadores vivessem de ar” ($V = 0$), o máximo que S podia ser é $S_{\max}/C = L/C$. Conseqüentemente, L/C é o teto da taxa de lucro, enquanto que o limite inferior é logicamente zero. Agora, se o aumento da composição técnica realmente reflete num aumento da produção C/L — portanto, numa queda na proporção L/C —, então a atual taxa de lucro estará progressivamente comprimida entre um teto em declínio e um chão que não cede, de forma que ela deve exibir uma **tendência decrescente**. Isto é o que Marx quer dizer por tendência à queda da taxa de lucro.

A tendência à queda descrita acima é independente de como L é dividido entre V e S e, portanto, independente da taxa de exploração S/V . De fato, se o salário real dos trabalhadores fosse constante, a crescente produtividade do trabalho devido à mecanização continuamente aumentaria S/V ; quanto maior a produtividade ao trabalho, menos tempo é necessário aos trabalhadores para produzirem uma dada porção de bens de consumo, de modo que uma grande parte de um determinado dia de trabalho se torna tempo de trabalho excedente. Mesmo quando os salários reais aumentam, contanto que eles aumentem menos rapidamente do que a produtividade, a taxa de exploração ainda assim continuará crescendo. Portanto, é perfeitamente possível ter **tanto um aumento no salário real como um aumento na taxa de exploração**.³⁸ Esta é, de fato, a situação geral descrita por Marx, sob o argumento de que os trabalhadores não podem nunca recuperar todos os ganhos da produtividade conseguidos através da mecanização sem deterem a acumulação e assim matarem a “galinha dos ovos de ouro”³⁹. Para Marx, a luta de classes pelos salários reais opera **dentro de certos limites objetivos**, os limites dados pela acumulação do capital. Estes limites são intrínsecos ao próprio capitalismo e só poderão ser superados destruindo o capitalismo.

Quase todos os analistas marxistas aceitam o fato de que a mecanização é uma realidade esmagadora da produção capitalista. Entretanto uma importante escola de pensamento não atribuiu a mecanização ao controle capitalista do processo de trabalho, como faz Marx, mas sim à reação do capital ao crescimento da resistência do trabalhador e/ou ao aumento dos salários reais (a longo prazo). Em geral, eles começam postulando um aumento nos salários reais sob determinadas condições de produção, que leva a uma queda na taxa de lucro, a qual, por sua vez, induz os capitalistas a substituírem os trabalhadores por máquinas. Para esse ponto

³⁸ MARX, op. cit., nota 33, v.I, p.604.

³⁹ Este é precisamente o ponto feito por Marx no Volume I de *O capital*, na primeira parte do capítulo intitulado *A lei geral da acumulação capitalista* (Cap. XXV, Seção I), quando assinala que os salários reais só podem aumentar quando eles “não interferem com o progresso da acumulação” (p.619).

de vista, naturalmente a mecanização e o seu resultante, o aumento da produtividade de trabalho, são os principais veículos para o **aumento** do lucro, enquanto que o aumento de salários tende a diminuí-lo. Para eles, dependendo de qual fator prevaleça, a taxa de lucro pode tomar uma das duas direções⁴⁰. Tanto Paul Sweezy como Maurice Dobb, por exemplo, sustentam esse ponto de vista.⁴¹

Essa análise é correta — até o ponto onde ela chega. O aumento dos salários reais certamente leva à mecanização, e isso pode ou não compensar o efeito que o aumento dos salários tem no lucro. Para Marx, o aumento dos salários reais torna-se possível devido a uma causa anterior, a saber, a mecanização proveniente da batalha da produção. Dessa forma, o efeito que Sweezy e Dobb analisam é um efeito secundário, superposto ao (e, na verdade, somente possível por causa do) efeito primário. Considerando que eles ignoram a causa primária, não é de se estranhar que não achem uma razão particular para a queda da taxa de lucro.

Uma outra objeção importante à lei argumenta que a mecanização (qualquer que seja a causa) não implica necessariamente uma tendência à queda da taxa de lucro. Consideremos um certo número de trabalhadores, de forma que L seja dado. A mecanização significa que a quantidade dos meios de produção empregada por esses trabalhadores aumenta. Mas isso também é acompanhado pelo aumento na produtividade do trabalho e, por isso, por uma queda no valor das mercadorias, já que agora se leva menos tempo para produzir uma determinada mercadoria. Consequentemente, o valor dos meios de produção (C) não aumentará tão rapidamente quanto a sua massa e pode até cair. Marx argumenta, entretanto, que C aumentará de forma que C/L aumentará, e a tendência à queda entrará em funcionamento. Mas, dizem os críticos, suponhamos que o valor dos meios de produção caia tão rapidamente ou até mesmo mais depressa que o aumento de sua quantidade? Então C/L permanecerá constante ou poderá cair, e nenhuma pressão será exercida para diminuição da taxa de lucro.

Deve ser dito desde o início que essa objeção é válida, porque aponta uma lacuna no argumento da queda da taxa de lucro. Como tem sido desenvolvido pela literatura atual, existe uma forte suposição de que um aumento na proporção de máquinas para trabalhadores implique um aumento da proporção de “trabalho morto para trabalho vivo” (isto é, de C para L). Mas as tentativas de especificar a conexão exata entre os dois (tal como faz Yaffe)⁴², não têm sido satisfatórias, de

⁴⁰ Para uma discussão mais detalhada desta posição, assim como do instrumental matemático (tal como o chamado teorema da “escolha de técnicas”) utilizado para defendê-la, ver o artigo deste autor “Political Economy and Capitalism: Notes on Dobb’s Theories of Crisis” publicado em *Cambridge Journal of Economics*, 1978, 2, pp.233-251.

⁴¹ SWEETZY, op. cit., nota 24, p.88.

DOBB, Maurice. *Political economy and capitalism*. London, Routledge & Kegan Paul, 1937. p.108-14.

⁴² YAFFE, David. Inflation, the crisis and the post-war boom. *Revolutionary Communist*, [s.l.] (2): 5-45, 1976.

forma que permanece aberta a possibilidade do cenário descrito pelos críticos. Essa questão ainda é muito debatida e é tratada com maior profundidade no artigo a ser publicado referido na nota de rodapé 40.

Uma outra objeção atualmente popular lida com a noção de que os capitalistas nunca **escolheriam** empregar uma técnica de produção que diminuísse a sua taxa de lucro. Portanto, uma queda na taxa de lucro é automaticamente excluída. Esse argumento é sempre formulado matematicamente, como no chamado **Teorema de Okishio**⁴³, mas os seus pressupostos básicos sustentam uma ampla estrutura analítica de que se utilizam desde os keynesianos de esquerda, tais como Joan Robinson, até marxista, tais como Bob Rowthorn. O erro crucial está no pressuposto de que o progresso técnico é meramente uma questão de “escolha” capitalista e não uma questão de necessidade. Marx já havia assinalado que sob o capitalismo a necessidade de competir é que força os capitalistas a escolherem a técnica de custo mais baixo por unidade, mesmo quando isso implica uma taxa de lucro mais baixa. Aquele que toma essa iniciativa primeiro venderá mais barato do que os outros. A única “escolha” que outros capitalistas têm é decidir entre obter uma taxa de lucro mais baixa, ou não obter lucro algum, pois os seus produtos custam muito caro⁴⁴.

Por último, alguns marxistas rejeitam a noção de um aumento em C/L sob bases empíricas. Como C é o valor adicionado pelo trabalho vivo, o seu equivalente monetário são K e Y , onde o primeiro é o valor monetário dos meios de produção e o segundo, o valor monetário adicionado ou o “produto nacional líquido”. Sob essa base, é analisada a “razão capital/próduto” (K/Y), e como as estatísticas oficiais mostram que ela tende a ser constante por longos períodos de tempo, argumenta-se que isso pesa contra a noção de um aumento de C/L .⁴⁵

É interessante notar que esses mesmos marxistas se opõem energicamente a aceitar o aparente valor da estatística oficial de desemprego, da extensão da pobreza, da incidência de subnutrição, etc. — justificando que as concepções burguesas dominam de tal forma a construção dessas categorias, que as tornam praticamente inúteis. As estatísticas de desemprego, por exemplo, não levam em conta aqueles que desistiram de procurar emprego, aqueles que jamais conseguiram encontrar qualquer emprego (tais como os negros na faixa de 10 a 20 anos) e aqueles que nunca entraram para a força de trabalho pela própria impossibilidade (tais como as donas-de-casa). Portanto, não é incomum para os marxistas considerarem o “desemprego real” como duas ou três vezes a estimativa oficial. E, não obstante, em se deparando com categorias absolutamente fundamentais, como o “capital” e o “valor adicionado”, as estatísticas oficiais são subitamente aceitas sem nenhuma dúvida.

⁴³ OKISHIO, N. Technical change and the rate of profit. [s.l.] Kobe University, 1961. v.7, p.85-99.

⁴⁴ MARX, op. cit., nota 33, p.264.

MARX, op. cit., nota 16, p.383-5.

⁴⁵ HODGSON, Geoff. The theory of the falling rate of profit. *New Left Review*, [s.l.], (84), mar./abr. 1974.

Retornaremos a este ponto importante na discussão sobre a teoria de crises de **compressão de lucro** (profit squeeze).

Para o presente momento, é suficiente assinalar que um estatístico marxista que se preocupou em examinar como estas estatísticas são apuradas e a corrigi-las, levando em conta as diferenças conceituais entre as categorias marxistas e as ortodoxas, encontrou precisamente que a razão capital/produto parece aumentar sistematicamente.⁴⁶

4.2 — Uma história sobre a teoria da queda da taxa de lucro

Com o desenvolvimento do capitalismo, a tendência à queda da taxa de lucro foi amplamente aceita pelos economistas clássicos como um fato indiscutível. O problema está na explicação deste fenômeno.

Adam Smith (década de 1770), por exemplo, mostrou que quando um maior número de capitais se amontoam numa indústria em particular, eles expandem a oferta, levam os preços para baixo e, conseqüentemente, diminuem os lucros. Da mesma maneira, argumenta ele, com a continuidade da acumulação, o capital como um todo se tornará abundante e diminuirá a taxa de lucro.

Os críticos rapidamente mostraram que os capitais só se acumulam numa indústria em particular, quando a indústria tem uma taxa de lucro acima da média; além do mais, fazendo isso, eles simplesmente baixam o lucro em direção à média. A taxa média, conseqüentemente, permanece inexplicável, e Smith não explica por que a acumulação deveria alterá-la de alguma maneira.

Por volta de quarenta anos mais tarde, David Ricardo (década de 1810) ofereceu uma explicação alternativa. Com o desenvolvimento da sociedade, argumentou ele, mais terra tem de ser cultivada para alimentar a população crescente. Isso significa utilizar para o cultivo terras cada vez menos férteis, de modo que a alimentação se torna cada vez mais cara para ser produzida. Nos termos marxistas, o valor da comida aumenta. Portanto, para um determinado dia de trabalho, o tempo do trabalho necessário aumenta, e o tempo de trabalho excedente correspondente diminui. Assim, com o desenvolvimento da sociedade, a taxa do valor excedente cai e com ela cai a taxa de lucro — não porque o salário real do trabalhador aumenta, mas porque a produtividade do trabalho agrícola cai.

A conclusão crucial de Ricardo é que a produtividade da agricultura tende a cair. Em sua crítica da teoria da renda ricardiana, Marx demonstra que esta conclusão não é nem lógica nem empiricamente verdadeira. É certo que a história capitalista é caracterizada inteiramente por um aumento da produtividade do trabalho,

⁴⁶ PERLO, Victor. Capital-output ratios in manufacturing. *Quarterly Review of Economics and Business*, [s.l.], 8 (3): 29-42, autumn, 1966.

tanto na indústria como na agricultura. Como vimos na seção anterior, a própria explicação de Marx sobre a queda da taxa de lucro está baseada num aumento da taxa da mais-valia.

“A taxa de lucro cai, não porque o trabalho se torna menos produtivo, mas porque se torna mais produtivo. Não porque o trabalhador é menos explorado, mas porque ele é mais explorado...”⁴⁷

Marx considerou a sua própria explicação da “tendência à queda de taxa de lucro” com o desenvolvimento da sociedade (capitalista) como “um dos maiores triunfos sobre o grande obstáculo de toda a teoria econômica anterior”. É a base da sua análise das leis de movimento do sistema capitalista. E, não obstante, curiosamente esta lei desempenha um papel relativamente secundário em quase toda a história do pensamento marxista. Ela está completamente ausente das teorias do subconsumo, por exemplo, e, como veremos na próxima seção, igualmente ausente das teorias de compressão do lucro.

Um dos motivos para essa rejeição vem de objeções feitas à lógica marxista sobre a origem da tendência à queda, que foram anteriormente examinadas. Mas outro motivo e talvez até mesmo mais importante para a rejeição desta lei é o motivo político⁴⁸. Dizem que conceber o capitalismo como estando sujeito a “leis de movimento” é tratar o arranjo social humano como se fosse uma máquina ou algum processo físico. Isso rebaixa e degrada o papel dos seres humanos na determinação do curso dos eventos. Pessoas, e não leis de movimento, fazem a História. Além disso, argumenta-se que a crença na proposição de que a taxa de lucro tende a cair conduzirá a uma atitude fatalista e passiva com relação à tarefa de derrubar o capitalismo. Finalmente, às vezes ainda argumenta-se que, de qualquer maneira, a análise das causas das crises é uma questão muito abstrata para ser útil à prática política da luta de classes.

Não há dúvidas de que Marx concebeu a história capitalista em termos de leis de movimento e a história humana em geral em termos de forças objetivas agindo sobre as ações humanas e assim limitando-as. E, no entanto, este é o mesmo Marx que elevou ao nível mais alto a luta de classe, quem ativamente defendeu a destruição do capitalismo (não num futuro fatalista) e quem participou nas práticas mais políticas através de sua análise teórica. Existe uma contradição entre esses dois aspectos de Marx?

De maneira alguma. Pelo contrário, como argumentam Henryk Grossmann (Alemanha), Paul Mattick (EUA) e David Yaffe (Inglaterra), é precisamente a partir do referencial teórico de Marx que fluiu a política revolucionária.

Grossmann foi o primeiro marxista importante a desviar a discussão de crises para longe das teorias do subconsumo e desproporção. Extremamente crítico a essas teorias tanto lógica como politicamente, Grossmann, ao contrário, enfatizou a cen-

⁴⁷ MARX, Karl. *Theories of surplus value*. New York, International Publishers, 1967. p.439.

⁴⁸ JACOBY, op. cit., nota 17, seção V.

tralidade da lei da queda da taxa de lucro para uma teoria de crises. Particularmente importante em Marx, mencionou ele, é o fato de que, quando a taxa de lucro cai, o crescimento da quantidade total do lucro deve diminuir e eventualmente estacionar. No ponto onde novos investimentos não geram mais lucros adicionais, o investimento será cortado e uma crise irromperá⁴⁹. Com a expansão da crise, os capitalistas mais fracos e menos eficientes serão eliminados, e os mais fortes poderão comprar os seus bens a um preço exageradamente baixo. Com o aumento do desemprego a posição dos trabalhadores é enfraquecida. Os salários reais tendem a cair, enquanto que o processo de trabalho tende a se intensificar, de forma que a taxa de exploração aumenta. Todos esses fatores aumentam a taxa de lucro. Assim, cada crise por si mesma estabelece as condições para a volta ao estado normal e para o próximo ciclo de crescimento e queda.

Nada disso prevê quando uma determinada crise irromperá, pois muitos fatores podem retardar ou acelerar os efeitos da queda da taxa de lucro. Dessa maneira, a luta de classe é crucial não apenas para a questão do ritmo de crises, mas também no que diz respeito à luta contra seus efeitos. Entretanto, mais importante ainda para Grossmann é que as crises são “situações objetivamente revolucionárias”. Mostrar a necessidade das crises dentro do capitalismo é, portanto, mostrar a necessidade de se preparar com antecedência para aproveitar o momento desses períodos objetivamente revolucionários. Por último, ele faz uma concessão importante entre teoria e prática:

“... nenhum sistema econômico, por mais fraco que seja, entra em colapso por si mesmo de maneira automática. Ele precisa ser “derrubado”. A análise teórica das tendências objetivas que levam à paralisia do sistema serve para descobrir os “pontos fracos”. A mudança só virá através da operação ativa dos fatores subjetivos”⁵⁰

Paul Mattick desenvolveu o trabalho de Grossmann de diversas formas. Um ponto de importância particular feito por Mattick é que o motivo pelo qual Marx fala da sociedade capitalista em termos de leis de movimento é precisamente porque o capitalismo é regulado não pela decisão humana consciente, mas sim por “relações coisificadas” – relações de mercado, de preços e de lucros. Como Grossmann, Mattick enfatiza que as crises oferecem oportunidade revolucionárias e reacionárias, mas somente a luta de classe pode determinar que caminho será escolhido. Se o capitalismo se transformará em fascismo ou em socialismo, não é determinado de antemão⁵¹.

Nos últimos anos, David Yaffe tem-se proposto a apresentar a análise econômica marxista e também a aplicá-la nas crises atuais. A dimensão total de sua análise vai além do escopo desta discussão. No que diz respeito à teoria de crises, e além

⁴⁹ JACOBY, op. cit., nota 17, p.35.

⁵⁰ Ibidem, p.37.

⁵¹ Ibidem, p.43.

dos pontos semelhantes aos de Grossmann e Mattick, Yaffe adiciona o seguinte. Primeiramente, como uma crise se manifesta em termos de preços e lucros, há uma tendência a se pensar que os preços e os lucros são as causas das crises. Por exemplo, já que por definição o lucro é a diferença entre as vendas e os custos, qualquer coisa que ocasione uma queda na lucratividade necessariamente implicará um certo modo de definir a queda dos lucros. Mas uma parte dos custos é meramente o preço de alguns bens, como os materiais, etc. (e, por conseguinte, a venda de outras indústrias). Portanto, qualquer declínio na lucratividade tende a ser comparado com a parte restante dos custos — com os salários — e daí ao argumento de que “altos” salários são a causa do declínio é um pequeno passo. Dessa forma, um efeito é transformado em causa.

Pontos semelhantes podem ser levantados com relação à estagnação, ao aumento de desemprego, à inflação, ao aumento das despesas estatais e ao acirramento das lutas de classe em qualquer parte do mundo. Para Yaffe, cada um desses é um fenômeno do desenvolvimento de crises, não uma causa. Com a queda da taxa de lucro, a acumulação diminuirá e o desemprego aumentará. Os capitalistas elevarão os preços na tentativa de manter a lucratividade, dando origem, desse modo, a uma espiral inflacionária. Ao mesmo tempo, o Estado é forçado a intervir, por um lado, para manter a taxa de emprego a níveis politicamente aceitáveis e, por outro, para subsidiar e até mesmo encampar indústrias decadentes. Dessa maneira, o gasto estatal aumenta rapidamente. Mas o financiamento do déficit orçamentário do Estado só acelera a inflação, enquanto que seu apoio aos níveis da taxa de emprego impede que os salários caiam o suficiente para ajudar a restaurar a lucratividade. Dessa forma, a contradição se aprofunda, e torna-se cada vez mais e mais difícil achar políticas que “funcionem”. Isso, de acordo com Yaffe, é o estágio em que estamos agora em todo o mundo capitalista.⁵²

4.3 — A luta de classe e a compressão de lucro (profit squeeze)

Toda a crise acentua a importância dos lucros para a produção capitalista e levanta de novo a questão sobre o que regula a lucratividade.

Todo o declínio na lucratividade, por sua vez, tende a ser mais cedo ou mais tarde explicado pelos altos salários. Agora, é certamente verdadeiro que uma redução nos salários, outras variáveis mantidas constantes, elevará os lucros. Mas isso não significa que um determinado declínio nos lucros ocorre necessariamente por causa dos salários excessivos. A questão é a seguinte: como diferenciar entre o que é causa e o que é efeito?

Na análise marxista, espera-se que um aumento no salário real acompanhe um aumento na taxa de exploração, de forma que por si só o aumento do salário não

⁵² YAFFE, op. cit., nota 42, p.5-32.

contribuirá para a queda na lucratividade. Portanto, em termos marxistas, só quando o aumento dos salários reais for suficientemente grande para baixar realmente a taxa de exploração, é que podemos dizer que uma queda na lucratividade é devida (em parte, pelo menos) aos “salários altos”⁵³.

Marx certamente rejeita essa explicação, justificando que a acumulação do capital por si mesma fornece os limites objetivos dentro dos quais está incluída a luta por salários, de forma que em geral a taxa de exploração aumenta. Na realidade, ele argumenta que a taxa de lucro cai precisamente porque os trabalhadores passam a ser **mais** explorados e não menos explorados.

No nível mais abstrato, o equivalente monetário da taxa de valor excedente S/V é uma “proporção de lucros para salários” (π/W). Uma queda na proporção lucro-salário poderia, então, ser tomada como uma evidência de um aumento excessivo nos salários reais. Mas esse raciocínio é falso.

Primeiramente, é perfeitamente possível explorar mais os trabalhadores e, portanto, conseguir através deles um produto excedente maior e, ao mesmo tempo, ter capitalistas incapazes de vender este produto maior e, conseqüentemente, serem incapazes de transformá-lo em lucro monetário. Por exemplo, numa crise ocasionada pela queda da taxa de lucro (“a la Marx”), com a retirada de alguns capitais do negócio, outros se encontrarão impossibilitados de vender parte de seus produtos por falta de compradores. Os preços cairão e com eles cairão os lucros e a proporção de lucros para salários. Para se compensarem disso, os capitalistas sobreviventes intensificarão o processo de trabalho, explorando-o ainda mais, num esforço de diminuir os custos e de continuarem no negócio. Portanto, convulsionada pela crise, uma queda na proporção lucro-salário será acompanhada por um aumento na taxa de exploração. Além disso, nessas circunstâncias, ambos são sintomas e não as causas da crise.

Mas o modelo acima não ocorreria antes de deflagrada uma crise. Não seria então legítimo considerar a proporção lucro-salário como um índice da taxa de exploração durante períodos sem crise? Se for verdade, uma queda na proporção lucro-salário anterior a uma crise seria forte evidência para se acreditar que realmente os trabalhadores conseguiram rapidamente aumentar seus salários reais a ponto de diminuir a taxa de exploração e, portanto, precipitar a crise. **É precisamente esta identificação teórica — π/W como um índice de S/V — que define a teoria marxista de crise do tipo de compressão de lucros**, como foi formulado por Glyn, Sutcliffe e Rowthorn na Inglaterra, e por Boddy e Crotty nos Estados Unidos⁵⁴.

⁵³ “Nada pode ser mais absurdo. . . do que explicar a queda na taxa de lucro pelo aumento na taxa dos salários, embora isto possa ocorrer em caso de uma exceção.” MARX, op. cit., nota 33, cap. XVI, p.240.

⁵⁴ GLYN, Andrew & SUTCLIFFE, Bob. *British capitalism, workers and the profit squeeze*. London, Penguin Books, 1972.

ROWTHORN, Bob. Mandel's late capitalism, *New Left Review*, London, (98): 59-83, jul./ago. 1976.

BODDY, Raford & CROTTY, James. Class conflict and macropolicy: the political business cycle. *Review of Radical Political Economics*, [s.L.], 7 (1), 1975.

Ostensivamente, eles baseiam seus argumentos nas observações empíricas de que as crises são precedidas por uma queda na proporção lucro-salários. Mas esta mesma observação também é feita freqüentemente por economistas burgueses, como no caso recente de William Nordhaus, do Brookings Institute⁵⁵. Entretanto os marxistas, diferentemente de Nordhaus, dão mais um passo ao identificarem a proporção lucro-salário observada com a taxa de exploração. Conseqüentemente, o declínio na lucratividade é, na verdade, uma expressão da queda na taxa do valor excedente, a qual, por sua vez, ocorre devido a um aumento suficientemente grande nos salários reais. Ironicamente, enquanto que o economista burguês Nordhaus responsabiliza o "custo do capital" pelo declínio, os marxistas atribuem-no a "problemas trabalhistas"!

De certa forma, os argumentos que têm como base a compressão de lucro são tão velhos quanto o capitalismo. Ninguém melhor do que os capitalistas para avaliar a importância dos lucros para o sistema e, por razões óbvias, ninguém tão rapidamente acusou o aumento dos salários por desencadear a crise. Nesse sentido, uma versão capitalista da compressão do lucro vem à tona em todas as crises.

Num nível um pouco mais abstrato, os economistas burgueses vêm argumentando, durante longo tempo, que a queda na lucratividade ocorre devido ao fato de que os trabalhadores conseguiram aumentar a sua "parte" correspondente no produto nacional líquido (às custas do "quinhão" capitalista, é claro). Mencionando dois de seus contemporâneos, o francês Frederic Bastiat (década de 1840) e o americano Henry Carey (década de 1860), Marx assinala que, embora eles aceitem a tendência à queda da taxa de lucro, "... eles (erroneamente) explicam-na simplesmente e inteiramente como conseqüência do crescimento do valor de parte do trabalho..."⁵⁶.

A atual teoria marxista da compressão de lucro assemelha-se, em muitos aspectos, à de Bastiat e Carey. Erik Olin-Wright, num exame sobre as teorias de crise marxistas, sintetiza a versão moderna do seguinte modo:

"O argumento essencial é muito simples: a parte relativa da renda nacional correspondente aos trabalhadores e aos capitalistas é quase que inteiramente uma conseqüência da relatividade de suas forças na luta de classe. À medida que a classe trabalhadora desenvolve um movimento trabalhista forte o bastante para conseguir aumento de salário em excesso ao aumento na produtividade, haverá uma tendência da taxa de exploração a decrescer e, conseqüentemente, da taxa de lucro a cair (a ser comprimida pelo aumento do salário). Tal declínio nos lucros resulta num declínio correspondente nos investimentos e dessa forma num aumento ainda mais lento na produtividade. O resultado final é a crise econômica"⁵⁷.

⁵⁵ NORDHOW, William. The falling shake of profits. *Brookings Papers*, [s.l.], (1): 169-208, 1976.

⁵⁶ MARX, op. cit., nota 16, p.755.

⁵⁷ OLIN-WRIGHT, op. cit., nota 28, p.216.

Portanto, a moderna versão marxista segue a lógica econômica de Bastiat e Carey ao considerar a tendência decrescente da taxa de lucro como uma consequência da queda da taxa de exploração. Mas, entre as versões, existe uma diferença política crucial: enquanto os economistas burgueses lamentam essa situação, os marxistas celebram-na. A teoria marxista da compressão de lucros faz da luta de classes **pelas condições de trabalho** o fator crucial que (em última instância) determina o rumo da reprodução capitalista. Para esses marxistas, o fato de que o desenvolvimento do sistema tenha alcançado um estágio onde o trabalho é forte o bastante para precipitar crises é um excelente sinal. Se a classe trabalhadora for capaz de colocar o sistema de joelhos através de suas demandas salariais, então ela já é forte o suficiente para resistir aos ataques sobre esses salários reais, os quais são parte e parcela do processo de “recuperação”. Eles podem até mesmo serem fortes o suficiente para “resolver” a crise apoderando-se do poder estatal.

A grande virtude dessa teoria é a sua simplicidade. Mesmo no capitalismo, temos “o comando da política”. São as práticas políticas da luta de classes, e não algumas leis de movimento abstratas, que precisamos analisar para entendermos a história capitalista. A acumulação capitalista é, na verdade, internamente limitada, mas é o trabalho e não “o próprio capital” (como diz Marx) que é a barreira última para a acumulação.

A simplicidade só é realmente uma virtude se a explicação simples for correta. A penalidade de se estar errado é, afinal de contas, a derrota. Daí voltamos ao ponto teórico central e perguntamos: podemos de fato atribuir uma queda na taxa de exploração à queda na proporção lucro-salário observada? Em outras palavras, é realmente π/W um índice de S/V ? Para responder a essas questões, precisamos reconstruir as formas monetárias de S e V .

Consideremos o final do ciclo de reprodução do capital total. Começando com as receitas de venda, podemos reconstituir o desembolso dessa soma monetária.

Suponhamos que a venda total (M^1) chegue a 100.000 dólares. Destes, os capitalistas separam 40.000 dólares para repor os custos de materiais e máquinas utilizados (Cp^*) na produção de mercadorias que foram vendidas, e 20.000 dólares para repor os salários dados em adiantado (Vp^*) aos trabalhadores produtivos que foram empregados durante o processo produtivo.⁵⁸ A quantidade restante, 40.000 dólares, é o que os próprios capitalistas chamam de **lucro bruto das vendas** (S^*). São as receitas da venda de mercadorias menos os custos de material e trabalho na **produção** dessas mercadorias. Do ponto de vista do sistema como um todo, esses lucros brutos representam o equivalente monetário do produto excedente.

⁵⁸ Estamos usando o termo trabalhadores da produção, porque não é possível desenvolver adequadamente o conceito de trabalho produtivo dentro dos limites deste artigo. Semelhantemente, usamos o termo mercadoria designando tanto bens como serviços que são vendidos por dinheiro. A distinção entre trabalho produtivo e não-produtivo não se reduz à distinção simplista entre bens e serviços.

Do ponto de vista marxista, os “lucros brutos” (S^*) representam o equivalente monetário do tempo de trabalho excedente dos trabalhadores da produção, enquanto os salários (Vp^*) desses trabalhadores representam o equivalente monetário de seu tempo de trabalho necessário. O índice apropriado da exploração dos trabalhadores da produção — isto é, a taxa do valor excedente — é, portanto,

$$\frac{S^*}{Vp^*} = \frac{40.000}{20.000} = 200\%.$$

Mas, para os capitalistas, a coisa é bem diferente. Dos lucros brutos eles ainda têm de deduzir o dinheiro gasto ao tentarem vender as mercadorias. Estas **despesas de venda**, como os capitalistas as chamam, consistem nos custos de material (C_u^*) e trabalho (V_u^*) para transformar as mercadorias produzidas em vendas monetárias. Além disso, eles também têm de deduzir os impostos indiretos (T) (vendas, taxas de licença e de propriedade, etc.), porque, do seu ponto de vista, estas também são uma “despesa” do empreendimento. O que resta, ao final das contas, é chamado de **renda líquida da empresa**⁵⁹ (π). Se os gastos de venda $C_u^* + V_u^* = \$15.000 + \10.000 e taxas indiretas $T = \$5.000$, então a renda corporativa líquida $\pi = \$10.000$.

Do ponto de vista da classe capitalista, tanto os gastos de venda como as taxas indiretas são despesas genuínas do empreendimento. Realmente, mesmo do ponto de vista do sistema como um todo, podem ser considerados como despesas estritamente necessárias, já que tanto o capital comercial (atacadistas/varejistas) como o Estado desempenham funções indispensáveis. Mas o fato de eles serem indispensáveis não altera o fato de que eles são formas derivadas do valor excedente. É necessário **produzir** o produto excedente antes que ele possa ser vendido; a sua venda apenas muda o título de propriedade desse produto e não a sua magnitude. O grau em que parte do produto excedente é absorvida por atividades de mudança de título (compra e venda) e por atividade estatais⁶⁰ é simplesmente um índice das despesas de distribuição e legitimação do sistema.

Infelizmente, os teóricos da compressão de lucro não conseguem alcançar esse ponto crucial⁶¹. Invariavelmente, eles identificam a taxa de mais-valia com π/W , a proporção da renda líquida empresarial para o total de salários. Nos termos da ilustração feita acima, $\pi = 10.000$ e W (salários dos trabalhadores da produção + salários e ordenados dos vendedores, etc.) = $20.000 + 10.000 = 30.000$, de forma que

⁵⁹ A renda líquida empresarial, por sua vez, será dividida em imposto de renda jurídico, aluguel puro (ao contrário de depreciação e manutenção de edifícios e equipamentos, que propriamente são a parte dos custos da produção ou gastos de venda), juros, dividendos e lucros retidos.

⁶⁰ Outra que não a atual produção estatal.

⁶¹ Esta crítica importante da lógica da compressão de lucro também é feita numa crítica de Boddy & Crotty, op. cit, nota 54, que aparece em *The Communist*, vol.I n.2.

$\pi/W = 10.000/30.000 = 33 \text{ } 1/3\%$. Isto está muito longe da verdadeira taxa do valor excedente, $S^*/Vp^* = 200\%$.

Confundindo π/W com S^*/Vp^* , a verdadeira taxa de exploração em qualquer período determinado é amplamente reduzida, como mostra o exemplo acima (as magnitudes envolvidas correspondem muito de perto à atual magnitude em valor corrente que obtemos com base numa análise muito mais complexa e detalhada da economia americana)⁶². O que é pior, π/W tem uma tendência interna a diminuir com o tempo, relativa à taxa verdadeira S^*/Vp^* , porque, em todas as economias capitalistas, tanto as despesas de venda como os impostos indiretos aumentaram marcadamente. Isso é particularmente verdadeiro após a Segunda Guerra Mundial. É capcioso, portanto, explicar a queda observada na proporção lucro-salário (π/W) por meio de uma queda imputada da taxa de exploração. Pelo contrário, é bem possível que um aumento na taxa de exploração, acompanhado por uma queda na taxa de lucro “a la Marx”, tenha resultado num declínio da taxa de acumulação e um aumento no desemprego. Com isso, o aumento da rivalidade intercapitalista e o aumento da intervenção estatal aparecem como respostas a uma crise profunda e não como causas dela. Empiricamente, estas respostas se manifestam no aumento das despesas de venda e no aumento dos impostos, os quais aparecem com o declínio de π/W , embora S^*/Vp^* esteja aumentando. Por sinal, essa é a explicação dada por Yaffe para a atual crise mundial.

Vale a pena repetir que um declínio observado na proporção lucro-salário (π/W) não nos fornece por si só uma explicação. Para irmos além da mera observação, precisamos de uma teoria dos determinantes dos lucros para saber quais os fatores responsáveis pela tendência empírica. Mas também precisamos saber **como as categorias empíricas correspondem às teóricas**, pois, do contrário, acabaremos inferindo a causa errada. Este é exatamente o erro feito pela escola da compressão de lucros: baseia-se na teoria do valor excedente e, não obstante, esquece-se completamente de considerar a diferença entre esta complexa e poderosa categoria marxista e a categoria burguesa “lucro” (renda operativa líquida). Dessa forma, erroneamente atribui o declínio secular na lucratividade e, conseqüentemente, a própria crise mundial atual a uma compressão nos lucros provenientes dos salários.

⁶² Na prática, reconstruir os equivalentes monetários de S^* e Vp^* , e W é muito mais complicado do que o indicado acima. Na verdade, isso envolve a transformação das contas de renda nacional, baseadas nas categorias keynesianas, em contas marxistas, baseadas nas categorias de valor marxista. Isto é tanto uma tarefa teoricamente difícil, assim como empiricamente difícil. Todavia isso é perfeitamente possível e, na verdade, absolutamente necessário. Com base em cálculos bastante detalhados (os quais obviamente não podemos apresentar), encontramos que a taxa real ao valor excedente S^*/Vp^* aumenta de 1900 a 1972 ao passo que π/W diminui no mesmo período. O aumento das despesas e o aumento dos impostos são os responsáveis por grande parte dessa discrepância.

Conclusão

A História nos ensina que o capitalismo está periodicamente sujeito a rupturas em sua estrutura econômica e social. Nesses períodos, as tensões sociais inerentes ao sistema aparecem com grande contraste. A sabedoria burguesa das várias ortodoxias começa a enfraquecer, a adquirir um ar desesperador, e a luta de classes irrompe.

Uma vez mais estamos aprendendo esta lição da história capitalista. O rápido crescimento do pós-guerra, que nos conduzia pelos portões dourados do século XXI, encontra-se hoje oficialmente morto. Por todo o mundo capitalista, abundam as crises políticas e econômicas. A competição internacional intensifica-se com a luta dos capitalistas para sobreviverem; os bancos entram em falência, as indústrias gigantes também entram em falência, o próprio sistema monetário internacional camaleia de uma crise para outra; o desemprego aprofunda-se; enquanto os preços continuam a aumentar e, por toda parte, a luta de classes se intensifica.

Como podemos entender esta última crise do capitalismo? Certamente precisamos estudá-la, e analisá-la em detalhe, não apenas regional ou nacionalmente, mas numa escala mundial. Mas isto por si só nunca será o bastante. Precisamos, ao mesmo tempo, entender que as crises não são novas no capitalismo. As suas aparições periódicas e devastadoras já foram reconhecidas, analisadas e teoricamente compreendidas por muitos outros, bem antes de podermos até mesmo nos perguntar sobre esta questão. Entender isso é entender a necessidade de estudar as explicações dadas por nossos antecessores, de forma que passemos a nos beneficiar dos seus estudos e construir sobre o que eles fizeram. Se a tarefa é superar o sistema, então se torna imperativo entendê-lo. O preço da ignorância é a derrota.

O objetivo deste trabalho foi apresentar e analisar as posições básicas sobre a questão das crises capitalistas que historicamente emergiram. Tentamos ser os mais rigorosos possíveis nesta tarefa, ao mesmo tempo que não assumimos nenhum conhecimento anterior sobre o assunto. Ao fazer isso, tentamos apresentar não apenas o que um tipo particular de teoria tem a dizer, mas também porque ela defende aquele argumento, como o argumento se desenvolveu historicamente e com que posições políticas ele se associou nos diversos períodos.

Ao invés de sintetizar o que foi discutido no corpo deste trabalho, preferiríamos enfocar três lições, as quais acreditamos estarem implícitas na história das teorias da crise.

A primeira diz respeito à relação entre teoria e política. Cada posição teórica implica um certo modo de mudar o sistema. Nesse sentido, toda a teoria tem implicações políticas pela prática na qual se baseia. Mas é importante perceber que não se pode fazer uma conexão simplista entre um conjunto particular de conceitos teóricos e a política a qual se espera esteja aliada a eles. Tomemos o caso da teoria de subconsumo por exemplo. Entre seus proponentes, inclui-se o reacionário Parson Malthus, o socialista pequeno-burguês Simonde de Sismondi, a ativista revolucionária Rosa Luxemburg, e toda a escola moderna do **capitalismo monopolista** baseada no trabalho de Paul Sweezy e Paul Baran. Os seus oponentes, por outro lado, incluem os teóricos burgueses de todas as espécies, a partir de Ricardo, mas também

Marx e Lenin. Nem entre os defensores da teoria de subconsumo, nem entre seus críticos pode-se discernir alguma posição política comum. Argumentos semelhantes podem ser feitos para cada teoria da crise.

A segunda lição importante diz respeito à teoria e aos “fatos”. É um erro muito grave assumir que os “fatos” sejam de alguma maneira dados independentemente de qualquer estrutura conceitual. Mesmo o estudo superficial da história das contas da renda nacional imediatamente demonstra que, em qualquer época, os dados com que nos deparamos são a representação numérica de categorias teóricas específicas. Naturalmente, esses dados estão baseados em eventos no mundo real, mas a maneira pela qual esses eventos são codificados e enumerados também depende da teoria que se tem sobre o mundo. O modelo que emerge com base nas categorias keynesianas (as quais suportam as contas da renda nacional) não tem necessariamente que ser o mesmo daquele que emerge com base nas categorias marxistas. Na discussão das categorias de compressão de lucro, por exemplo, vimos o quão importante foi não confundir a proporção lucro-salário (π/W) com a taxa de exploração (S/V). Realmente, seria uma perda terrível abandonar a teoria correta porque não corresponde aos “fatos” que são baseados em categorias inteiramente diferentes.

A terceira lição já foi discutida no início desta seção. Para reiterá-la rapidamente, ao analisarmos a crise não basta apenas estudá-la como um fenômeno, mas é igualmente necessário estudar as explicações das crises, tanto presentes como passadas. Do contrário, corremos o risco de reinventar o que já foi inventado e de incorrer nos mesmos erros em que outros incorreram no passado. Diz-se, frequentemente, que aqueles que ignoram a História estão condenados a repeti-la. Deve-se, talvez, adicionar a isso que aqueles que ignoram a teoria estão condenados a reconstruí-la.